

4ºRTD-RJ - 983701

Emol:769,65/Distrib:21,08/Lei111/06:38,7
M/A:13,54/PETJ:155,06/Lei6281:31,00
Lei 4.664/05:38,76 / Tot.Emol.(R\$): 1067,
PARAM:Vias:2 / Nome(s):5 / Págs:55
Proc.Estr: N / Averb: N / Dila:.



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA SEGUNDA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, A SER CONVOLADA EM ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA CROMOSSOMO PARTICIPAÇÕES III S.A.

entre



CROMOSSOMO PARTICIPAÇÕES III S.A.
como Emissora,

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
como Agente Fiduciário, representando a comunhão de Debenturistas,

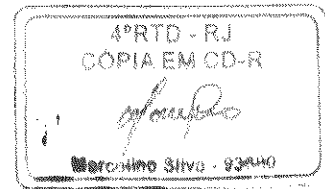
EDSON DE GODOY BUENO
e
DULCE PUGLIESE DE GODOY BUENO
Como Fiadores

e

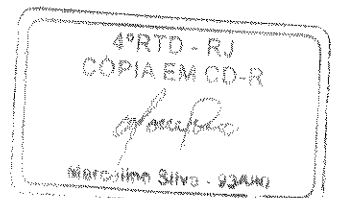
CROMOSSOMO PARTICIPAÇÕES II S.A.
como Interviente e Anuente

Datado de
18 de janeiro de 2016

ÍNDICE



CLÁUSULA I AUTORIZAÇÕES SOCIETÁRIAS	4
CLÁUSULA II REQUISITOS	5
CLÁUSULA III CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO	6
CLÁUSULA IV CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES	12
CLÁUSULA V ADITAMENTOS À PRESENTE ESCRITURA	18
CLÁUSULA VI RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO TOTAL, AMORTIZAÇÃO FACULTATIVA PARCIAL E AQUISIÇÃO FACULTATIVA	18
CLÁUSULA VII VENCIMENTO ANTECIPADO	21
CLÁUSULA VIII OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA E DOS FIADORES	26
CLÁUSULA IX AGENTE FIDUCIÁRIO	30
CLÁUSULA X ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS	38
CLÁUSULA XI DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA	40
CLÁUSULA XII DISPOSIÇÕES GERAIS	43



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA SEGUNDA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, A SER CONVOLADA EM ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA CROMOSSOMO PARTICIPAÇÕES III S.A.

Pelo presente instrumento particular,

I. de um lado, como emissora das Debêntures (conforme definido abaixo):

CROMOSSOMO PARTICIPAÇÕES III S.A., sociedade por ações, sem registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") , com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, nº 413, conj. 112, Parte B, Itaim Bibi, CEP 04534-011, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob nº 13.487.195/0001-98, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) na respectiva página de assinaturas do presente instrumento ("Emissora"); e

II. de outro lado, como agente fiduciário, representando a comunhão de titulares das Debêntures ("Debenturistas"),

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, instituição financeira, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4200, bloco 8, ala B, salas 302, 303 e 304, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada, na forma do seu estatuto social, por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) na respectiva página de assinaturas do presente instrumento na qualidade de representante da comunhão dos Debenturistas (conforme definido abaixo) ("Agente Fiduciário");

III. e, ainda, como fiadores,

EDSON DE GODOY BUENO, brasileiro, divorciado, médico e empresário, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda ("CPF/MF") sob o nº 242.392.247-72, portador da Cédula de Identidade nº 28.157.352-7, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Haddock Lobo, 1725, apartamento 311, CEP 01414-003 ("Edson");

DULCE PUGLIESE DE GODOY BUENO, brasileira, divorciada, médica, portadora da Cédula de Identidade nº 52-15562-0, expedida pelo Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro, e inscrita no CPF/MF sob nº 097.403.417-72, residente e domiciliada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Haddock Lobo, 1725, apartamento 301, CEP 01414-003 ("Dulce" e, em conjunto com Edson, "Fiadores");



IV. com a interveniência e anuência de

CROMOSSOMO PARTICIPAÇÕES II S.A., sociedade por ações, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, nº 413, conj. 112, parte, Itaim Bibi, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob n.º 14.167.188/0001-71, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) nas páginas de assinaturas do presente instrumento ("Cromossomo II" e, em conjunto com os Fiadores, "Garantidores")

sendo a Emissora, o Agente Fiduciário e os Fiadores doravante designados, em conjunto, como "Partes" e, individual e indistintamente, como "Parte",

vêm, na melhor forma de direito, firmar o presente "*Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, a ser convolada em Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Cromossomo Participações III S.A.*" ("Escritura"), mediante as cláusulas e condições a seguir.

Os termos aqui iniciados em letra maiúscula, estejam no singular ou no plural, terão o significado a eles atribuído nesta Escritura, ainda que posteriormente ao seu uso.

CLÁUSULA I AUTORIZAÇÕES SOCIETÁRIAS

1.1. Autorizações da Emissora

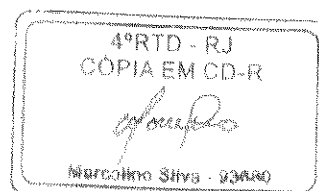
1.1.1. A presente Escritura é firmada com base nas deliberações da Assembleia Geral de Acionistas da Companhia realizada em 18 de janeiro de 2016 ("Ato Societário da Emissão"), na qual foram deliberadas: (i) a aprovação da Emissão e da Oferta Restrita, bem como de seus termos e condições; e (ii) a autorização à Diretoria da Companhia para praticar todos os atos necessários à efetivação das deliberações consubstanciadas no Ato Societário da Emissão, incluindo a celebração de todos os documentos indispensáveis à concretização da Emissão e da Oferta Restrita, em conformidade com o disposto no artigo 59 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

1.2. Autorizações dos Garantidores

1.2.1. A Alienação Fiduciária das ações de emissão da Diagnósticos da América S.A. ("DASA") e de titularidade da Cromossomo II é outorgada com base nas deliberações do Conselho de Administração da Cromossomo II, em reunião realizada em 18 de janeiro de 2016 ("Ato Societário da Cromossomo II").

1.2.2. As garantias prestadas pelos Fiadores não necessitam de aprovação societária, uma vez que são pessoas físicas.

CLÁUSULA II REQUISITOS



A 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, ou seja, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, a ser convolada em espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única (“Emissão” e “Debêntures”, respectivamente), para distribuição pública, com esforços restritos, pela Emissora (“Oferta Restrita”) será realizada com observância aos seguintes requisitos:

2.1. Dispensa de Registro na Comissão de Valores Mobiliários

2.1.1. A Oferta Restrita será realizada nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada (“Instrução CVM 476”) e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada.

2.2. Registro na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais

2.2.1. Por se tratar de oferta para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, a Oferta Restrita poderá vir a ser registrada na ANBIMA, nos termos do parágrafo 2º do artigo 1º do “Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários”, atualmente em vigor, exclusivamente para fins de envio de informação para a base de dados da ANBIMA, após a expedição de diretrizes específicas nesse sentido pelo Conselho de Regulação e Melhores Práticas da ANBIMA.

2.3. Arquivamento dos Atos Societários na Junta Comercial e Publicação nos Jornais de Grande Circulação

2.3.1. O Ato Societário da Emissão será devidamente arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo (“Junta Comercial”) e publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Diário Comercial (“Jornais de Publicação”), conforme disposto no inciso I do artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações.

2.3.2. O Ato Societário da Cromossomo II será devidamente arquivado na Junta Comercial e publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Diário Comercial.

2.4. Arquivamento da presente Escritura na Junta Comercial e registro nos Cartórios de RTD

2.4.1. Esta Escritura e seus eventuais aditamentos serão devidamente protocolados na Junta Comercial, conforme disposto no inciso II e parágrafo 3º do artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações, respectivamente, em até 2 (dois) Dias Úteis após sua respectiva celebração, devendo a Emissora enviar 1 (uma) via original da Escritura, bem como de seus eventuais aditamentos, ao Agente Fiduciário, em até 10 (dez) Dias Úteis após seus respectivos arquivamentos na Junta Comercial.

2.4.2. Em virtude da Fiança prestada pelos Fiadores em benefício dos Debenturistas, a presente Escritura será levada a registro pela Emissora, às suas expensas, nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos das Cidades de São Paulo, Estado de São Paulo e Rio de Janeiro, Estado

do Rio de Janeiro ("Cartórios de RTD"), observado a Cláusula 3.4.2.10 abaixo, devendo a Emissora (i) levar a registro a presente Escritura nos Cartórios de RTD em até 5 (cinco) Dias Úteis após sua respectiva celebração; (ii) fazer com que a Escritura seja registrada nos Cartórios de RTD em até 15 (quinze) dias contados da sua celebração; e (iii) enviar 1 (uma) via original da Escritura, bem como de seus eventuais aditamentos, ao Agente Fiduciário, em até 10 (dez) Dias Úteis após seus respectivos registros nos Cartórios de RTD.

2.5. Registro para Distribuição, Negociação e Custódia

2.5.1. As Debêntures serão devidamente depositadas para:

- (a) distribuição no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP"), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da CETIP; e
- (b) negociação no mercado secundário, prioritariamente com a utilização de mecanismos que permitam o direito de interferência de terceiros, por meio do CETIP 21 – Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP21"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.5.2. As Debêntures serão também custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.5.3. Não obstante o descrito na Cláusula 2.5.1 acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários depois de decorridos 90 (noventa) dias da data de cada subscrição ou aquisição por Investidores Qualificados, conforme disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, e uma vez verificado o cumprimento, pela Companhia, de suas obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, sendo que a negociação das Debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

2.6. Registro do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações

2.6.1. O Contrato de Alienação Fiduciária de Ações deverá ser registrado nos competentes cartórios de Registro de Títulos e Documentos da comarca de domicílio das partes signatárias, na forma e prazo previstos no Contrato de Alienação Fiduciária de Ações.

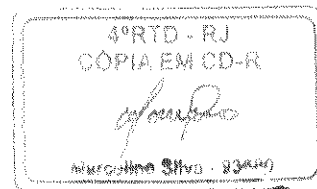
CLÁUSULA III CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Número da Emissão

3.1.1. A Emissão objeto da presente Escritura constitui a 2ª (segunda) emissão de debêntures da Emissora.

3.2. Valor Total da Emissão

3.2.1. O valor total da Emissão será de R\$ 2.185.000.000,00 (dois bilhões, cento e oitenta e cinco milhões de reais) na Data de Emissão.



3.3. Número de Séries e Quantidade de Debêntures

3.3.1. Serão emitidas 21.850 (vinte e uma mil, oitocentas e cinquenta) Debêntures, em série única.

3.4. Garantias

3.4.1. Garantias Reais. Em garantia do fiel, integral e pontual cumprimento de todas as obrigações principais e acessórias assumidas ou que venham a ser assumidas pela Emissora relativas às Debêntures e demais obrigações assumidas no âmbito da Emissão, incluindo (a) a totalidade da dívida representada pelas Debêntures, considerando-se os valores devidos a título de principal e Juros Remuneratórios; (b) todos os Encargos Moratórios (conforme abaixo definido); (c) eventuais despesas incorridas pelo Agente Fiduciário, incluindo sua remuneração, na qualidade de representante dos Debenturistas, no exercício de suas funções relacionadas à Emissão; e (d) todos os tributos, despesas e custos devidos pela Emissora com relação às Debêntures, incluindo gastos com honorários advocatícios, depósitos, verbas indenizatórias, custas e taxas judiciais e extrajudiciais e o ressarcimento de toda e qualquer importância desembolsada por conta da constituição, do aperfeiçoamento e do exercício de direitos e prerrogativas decorrentes das Debêntures e da execução de garantias prestadas e quaisquer outros acréscimos devidos aos Debenturistas ("Valor Garantido"), serão constituídas as seguintes garantias reais ("Garantias Reais"):

- (i) alienação fiduciária de 224.308.396 (duzentos e vinte e quatro milhões, trezentas e oito mil, trezentas e noventa e seis) ações ordinárias de emissão da DASA de titularidade dos Garantidores, sendo 37.505.119 (trinta e sete milhões, quinhentas e cinco mil, cento e dezenove) de titularidade de Edson, 36.034.265 (trinta e seis milhões, trinta e quatro mil, duzentas e sessenta e cinco) de titularidade de Dulce e 150.769.012 (cento e cinquenta milhões, setecentas e sessenta e nove mil e doze) de titularidade da Cromossomo II, as quais representam em conjunto, nesta data, aproximadamente 71,94% (setenta e um inteiros e noventa e quatro centésimos por cento) do capital social total da DASA ("Ações Alienadas Existentes" e "Alienação Fiduciária de Ações Existentes", respectivamente), nos termos do "Contrato de Alienação Fiduciária de Ações em Garantia e Outras Avenças", a ser celebrado entre os Garantidores e o Agente Fiduciário, com a interveniência da Emissora ("Contrato de Alienação Fiduciária de Ações"). A Alienação Fiduciária de Ações Existentes será realizada sob condição suspensiva, estando a sua plena eficácia e validade condicionada à liberação e consequente extinção dos ônus atualmente existentes sobre as Ações Alienadas Existentes, constituídos nos termos do "Contrato de Alienação Fiduciária de Ações em Garantia e Outras Avenças", celebrado em 19 de janeiro de 2015 entre os Garantidores e a Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., na qualidade de agente fiduciário, com a interveniência da Emissora, no âmbito da 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, da Emissora ("Debêntures da Primeira Emissão" e "Contrato de Garantia da Primeira Emissão", respectivamente); e
- (ii) cessão fiduciária de dividendos, juros sobre capital próprio ou quaisquer outras distribuições decorrentes das Ações Alienadas Existentes, a serem depositados em contas vinculadas de titularidade dos Garantidores, não movimentáveis pelos Garantidores ("Contas Vinculadas"), bem como dos créditos bancários existentes nas referidas Contas Vinculadas ("Direitos Creditórios Existentes" e "Cessão Fiduciária");

de Direitos Creditórios Existentes", respectivamente), nos termos do "Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios em Garantia e Outras Avenças", a ser celebrado entre os Garantidores e o Agente Fiduciário, com a interveniência da Emissora ("Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios" e, em conjunto com o Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, "Contratos de Garantia Real"). A Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios Existentes será realizada sob condição suspensiva, estando a sua plena eficácia e validade condicionada à liberação e consequente extinção dos ônus atualmente existentes sobre os Direitos Creditórios Existentes, constituídos nos termos do Contrato de Garantias da Primeira Emissão

3.4.1.1. Exclusivamente na hipótese de os Garantidores adquirirem novas ações ordinárias de emissão da DASA por meio de oferta pública de aquisição de ações para saída do segmento Novo Mercado da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, cujo edital foi publicado em 29 de dezembro de 2015 ("OPA"), inclusive no caso de ações adquiridas após a liquidação financeira inicial da OPA, o Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e o Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios deverão ser aditados de forma a fazer com que estes constituam ônus sobre todas as ações efetivamente adquiridas pelos Garantidores ("Ações Alienadas OPA" e, em conjunto com as Ações Alienadas Existentes, "Ações Alienadas"), bem como sobre todos os dividendos, juros sobre o capital próprio e demais distribuições decorrentes de tais ações ("Direitos Creditórios Cedidos OPA" e, em conjunto com os Direitos Creditórios Cedidos Existentes, "Direitos Creditórios Cedidos"), no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que as Ações Alienadas OPA forem adquiridas pelos Garantidores ("Alienação Fiduciária de Ações OPA" e "Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios OPA", respectivamente).

3.4.1.2. A Alienação Fiduciária de Ações OPA e a Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios OPA deverão ser realizadas sem qualquer condição suspensiva, devendo ser plenamente existentes, válidas e eficazes a partir da conclusão dos registros e averbações dos aditamentos aos Contratos de Garantia Real por meio dos quais serão constituídas.

3.4.1.3. Convolação em Debêntures da Espécie com Garantia Real. Uma vez verificada a implementação da condição suspensiva ou a constituição da Alienação Fiduciária de Ações OPA e a Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios OPA, o que ocorrer primeiro, as Debêntures deixarão de ser da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, e passarão a ser da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória.

3.4.1.4. As Partes ficam desde logo autorizadas a celebrar aditamento a esta Escritura, nos termos do Anexo I, para formalizar a convolação da espécie das Debêntures de "quirografária" para "com garantia real" mediante a implementação da condição suspensiva ou a constituição da Alienação Fiduciária de Ações OPA e da Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios nos termos da Cláusula 3.4.1 acima. Fica desde já estabelecido que não será necessária a realização de Assembleia Geral de Acionistas da Emissora ou de Assembleia Geral de Debenturistas para aprovação do respectivo aditamento, cuja celebração deverá ocorrer em até 10 (dez) dias contados da implementação da condição suspensiva ou do registro do aditamento ao Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e/ou do aditamento ao Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios nos cartórios competentes, conforme estabelecido no referido contrato. O aditamento a esta Escritura referido nesta Cláusula deverá ser levado a registro na Junta Comercial, conforme disposto na Cláusula 2.4.1 acima e nos Cartórios de RTD, observado que uma cópia do referido aditamento deverá ser entregue à CETIP e uma via original ao Agente Fiduciário, pela Emissora, em até 5 (cinco) Dias Úteis após seu registro perante a Junta Comercial.

3.4.1.5. Em caso de Amortização Facultativa Parcial (conforme abaixo definido), a Emissora poderá solicitar a liberação de percentual das Ações Alienadas equivalente ao percentual do Valor Nominal Unitário (ou do saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso) objeto da Amortização Facultativa Parcial, observados os termos e condições do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações.

3.4.2. Garantia Fidejussória. Em garantia do fiel, pontual e integral pagamento do Valor Garantido, os Fiadores, nos termos do artigo 818 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil"), prestam garantia fidejussória em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário ("Fiança" e, em conjunto com as Garantias Reais, "Garantias"), obrigando-se, por este instrumento e na melhor forma de direito, como devedores solidários e principais pagadores de todos os valores devidos pela Emissora nos termos desta Escritura, até a final liquidação das Debêntures, nos termos descritos a seguir.

3.4.2.1. Os Fiadores declaram-se neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, fiadores e principais pagadores, solidariamente responsáveis pelo Valor Garantido, e firmam esta Escritura declarando conhecer e concordar com todos os seus termos e condições.

3.4.2.2. As obrigações dos Fiadores aqui assumidas não serão afetadas por atos ou omissões que possam exonerá-los de suas obrigações ou afetá-los, incluindo, mas não se limitando, em razão de: (a) qualquer extensão de prazo ou acordo entre a Emissora e os Debenturistas; (b) qualquer novação ou não exercício de qualquer direito dos Debenturistas contra a Emissora; e (c) qualquer limitação ou incapacidade da Emissora, inclusive seu pedido de recuperação extrajudicial, pedido de recuperação judicial ou falência.

3.4.2.3. O Valor Garantido será pago pelos Fiadores no prazo máximo de 10 (dez) dias contados do recebimento de comunicação por escrito enviada pelo Agente Fiduciário aos Fiadores informando a falta de pagamento, na data de pagamento respectiva, de qualquer parcela do Valor Garantido e, em qualquer hipótese, independentemente de qualquer pretensão, ação, disputa ou reclamação que a Emissora venha a ter ou exercer em relação às suas obrigações sob as Debêntures. Os pagamentos serão realizados pelos Fiadores de acordo com os procedimentos estabelecidos nesta Escritura. Tal notificação deverá ser emitida pelo Agente Fiduciário em até 1 (um) Dia Útil após a ocorrência de falta de pagamento pela Emissora de qualquer valor devido nas datas de pagamento definidas nesta Escritura ou quando do vencimento antecipado das Debêntures. O pagamento citado nesta Cláusula deverá ser realizado pelos Fiadores fora do âmbito da CETIP e de acordo com instruções recebidas do Agente Fiduciário.

3.4.2.4. Os Fiadores expressamente renunciam aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 366, 368, 821, 827, 829, 830, 834, 837, 838 e 839, todos do Código Civil, e artigos 77 e 595 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada ("Código de Processo Civil"), e dos artigos 130 e 794 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 ("Novo Código de Processo Civil"), após a sua entrada em vigor. Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá ser admitida ou invocada pelos Fiadores com o objetivo de escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas.

3.4.2.5. Os Fiadores sub-rogar-se-ão nos direitos de crédito dos Debenturistas contra a Emissora, caso venham a honrar, total ou parcialmente, a Fiança objeto desta Cláusula, até o limite da parcela da dívida efetivamente por elas honrada. Os Fiadores se comprometem a somente exercer o seu direito de sub-rogação nos termos desta Cláusula após a quitação integral

de todos os valores relacionados às Debêntures, previstos nesta Escritura, nos Contratos de Garantia Real, no Contrato de Distribuição ou em qualquer outro documento da Oferta Restrita, incluindo todos os encargos moratórios e despesas incorridas pelos Debenturistas ou pelo Agente Fiduciário.

3.4.2.6. A presente Fiança é prestada pelos Fiadores em caráter irrevogável e irretratável, e entrará em vigor na Data de Emissão, permanecendo válida em todos os seus termos até o pagamento integral do Valor Garantido nos termos aqui previstos e em conformidade com o artigo 818 do Código Civil.

3.4.2.7. Os Fiadores desde já reconhecem que a Fiança é prestada por prazo determinado, encerrando-se este prazo na data do pagamento integral do Valor Garantido não sendo aplicável, portanto, o artigo 835 do Código Civil.

3.4.2.8. Fica desde já certo e ajustado que a inobservância, pelo Agente Fiduciário, dos prazos para execução de quaisquer garantias constituídas em favor dos Debenturistas desta Emissão não ensejará, sob hipótese alguma, perda de qualquer direito ou faculdade aqui prevista.

3.4.2.9. A presente Fiança poderá ser excutida e exigida pelo Agente Fiduciário, judicial ou extrajudicialmente, quantas vezes forem necessárias até a integral liquidação do Valor Garantido.

3.4.2.10. Em virtude da Fiança prestada pelos Fiadores em benefício dos Debenturistas, a presente Escritura será levada a registro pela Emissora, às suas expensas, nos Cartórios de RTD, observado os termos da Cláusula 2.4.2 acima.

3.4.3. Não há preferência quanto à execução da Fiança ou das Garantias Reais. A Fiança e qualquer das Garantias Reais são garantias diversas e autônomas e respondem pelo Valor Garantido, nos termos desta Escritura e dos Contratos de Garantia.

3.5. Destinação dos Recursos

3.5.1. Os recursos líquidos obtidos pela Emissora por meio da integralização das Debêntures serão destinados à realização de aporte de capital junto à Cromossomo II, para que esta possa adquirir até 100% (cem por cento) das ações ordinárias de emissão da DASA objeto da OPA, e ao pagamento ou resgate integral das Debêntures da Primeira Emissão, sendo certo que os recursos destinados à aquisição das ações ordinárias de emissão da DASA objeto da OPA deverão ser depositados na conta indicada pela instituição intermediária da OPA até o Dia Útil imediatamente anterior à data de liquidação da OPA.

3.6. Colocação e Procedimento de Distribuição

3.6.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM 476, sob os regimes de garantia firme e melhores esforços de colocação, com a intermediação de instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários ("Coordenador Líder"), nos termos do "*Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública, com Esforços Restritos, sob os Regimes de Garantia Firme e Melhores Esforços de Colocação, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, Com Garantia Adicional Fidejussória, a ser convolada em Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, da Segunda Emissão da Cromossomo Participações III S.A.*", a ser celebrado entre a Emissora e o Coordenador Líder ("Contrato de Distribuição").

3.6.2. O plano de distribuição seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476, conforme previsto no Contrato de Distribuição. Para tanto, o Coordenador Líder poderá acessar no máximo 75 (setenta e cinco) Investidores Profissionais, sendo possível a subscrição ou aquisição por, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Profissionais.

3.6.2.1. Nos termos da Instrução da CVM nº 539, de 13 de novembro de 2013, conforme alterada inclusive pela Instrução da CVM nº 554, de 17 de dezembro de 2014 ("Instrução CVM nº 539" e "Instrução CVM nº 554", respectivamente) e para fins da Oferta Restrita, serão considerados:

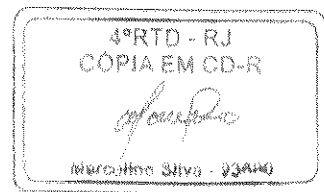
- (a) "Investidores Profissionais": (i) instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil; (ii) companhias seguradoras e sociedades de capitalização; (iii) entidades abertas e fechadas de previdência complementar; (iv) pessoas naturais ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor profissional mediante termo próprio, de acordo com o Anexo 9-A da Instrução CVM nº 539; (v) fundos de investimento; (vi) clubes de investimento, desde que tenham a carteira gerida por administrador de carteira de valores mobiliários autorizado pela CVM; (vii) agentes autônomos de investimento, administradores de carteira, analistas e consultores de valores mobiliários autorizados pela CVM, em relação a seus recursos próprios; e (viii) investidores não residentes; e
- (b) "Investidores Qualificados": (i) Investidores Profissionais; (ii) pessoas naturais ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor qualificado mediante termo próprio, de acordo com o Anexo 9-B da Instrução CVM nº 539; (iii) as pessoas naturais que tenham sido aprovadas em exames de qualificação técnica ou possuam certificações aprovadas pela CVM como requisitos para o registro de agentes autônomos de investimento, administradores de carteira, analistas e consultores de valores mobiliários, em relação a seus recursos próprios; e (iv) clubes de investimento, desde que tenham a carteira gerida por um ou mais cotistas, que sejam investidores qualificados.

3.6.2.2. Os regimes próprios de previdência social instituídos pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou por Municípios são considerados Investidores Profissionais ou Investidores Qualificados apenas se reconhecidos como tais conforme regulamentação específica do Ministério da Previdência Social.

3.6.3. As Partes comprometem-se a não realizar a busca de investidores por meio de lojas, escritórios ou estabelecimentos abertos ao público, ou com a utilização de serviços públicos de comunicação, como a imprensa, o rádio, a televisão e páginas abertas ao público na rede mundial de computadores, nos termos da Instrução CVM 476.

3.6.4. A Emissora obriga-se a: (a) não contatar ou fornecer informações acerca da Oferta Restrita a qualquer investidor, exceto se previamente acordado com o Coordenador Líder; e (b) informar ao Coordenador Líder, até o Dia Útil imediatamente subsequente, a ocorrência de contato que receba de potenciais investidores que venham a manifestar seu interesse na Oferta Restrita, comprometendo-se desde já a não tomar qualquer providência em relação aos referidos potenciais investidores neste período, exceto se previamente acordado com o Coordenador Líder.

3.6.5. Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos de subscrição das Debêntures, sendo que o Coordenador Líder, com expressa e prévia anuência da



Emissora, organizará o plano de distribuição nos termos da Instrução CVM 476, tendo como público alvo Investidores Profissionais apenas, observado ainda o disposto no artigo 4º da Instrução CVM 476.

3.6.6. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Profissional assinará declaração atestando, dentre outros, (i) possuir conhecimento sobre o mercado financeiro suficiente para que não lhe sejam aplicáveis um conjunto de proteções legais e regulamentares conferidas aos demais investidores, (ii) ser capaz de entender e ponderar os riscos financeiros relacionados à aplicação de seus recursos em valores mobiliários que só podem ser adquiridos por Investidores Profissionais, (iii) possuir investimentos financeiros em valor superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), (iv) estar ciente de que a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM e que poderá ser registrada na ANBIMA exclusivamente para fins de envio de informações para a base de dados ANBIMA, nos termos da cláusula 2.2 acima; (ii) estar ciente de que as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas na regulamentação aplicável e nesta Escritura; e (v) estar integralmente de acordo com todos os termos e condições da Oferta Restrita.

3.6.7. A Emissão e a Oferta Restrita não poderão ser aumentadas em nenhuma hipótese, e não será admitida a distribuição parcial das Debêntures.

3.6.8. Não será concedido qualquer tipo de desconto pelo Coordenador Líder aos Investidores Profissionais interessados em adquirir as Debêntures.

3.7. Banco Liquidante e Escriturador

3.7.1. A instituição prestadora dos serviços de banco liquidante e dos serviços de escrituração das Debêntures será o Banco Bradesco S.A. ("Banco Liquidante" e "Escriturador", cujas definições incluem qualquer outra instituição que venha a suceder o Banco Liquidante ou o Escriturador na prestação dos serviços relativos à Emissão e às Debêntures).

3.8. Objeto Social da Emissora

3.8.1. De acordo com o estatuto social da Emissora atualmente em vigor, o objeto social da Companhia compreende a participação no capital de outras sociedades, no Brasil ou no exterior, na qualidade de quotista ou acionista.

CLÁUSULA IV CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Características Básicas

4.1.1. **Data de Emissão:** Para todos os fins e efeitos, a data de emissão das Debêntures será o dia 1º de fevereiro de 2016 ("Data de Emissão").

4.1.2. **Conversibilidade e Permutabilidade:** As Debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações de emissão da Emissora e nem permutáveis por ações de outra sociedade.

4.1.3. **Espécie:** As Debêntures serão da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória a ser convolada em espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória.

4.1.4. **Tipo e Forma:** As Debêntures serão nominativas e escriturais, sem a emissão de cautelas ou certificados.

4.1.5. **Valor Nominal Unitário:** O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário").

4.1.6. **Prazo e Data de Vencimento:** As Debêntures terão prazo de vencimento de 3 (três) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 1º de fevereiro de 2019 ("Data de Vencimento").

4.1.6.1. Na Data de Vencimento, a Emissora se obriga a proceder à liquidação das Debêntures, mediante o pagamento do Valor Nominal Unitário (ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso), acrescido dos Juros Remuneratórios calculados *pro rata temporis* desde a primeira Data de Integralização até a Data de Vencimento (exclusive).

4.2. Remuneração das Debêntures

4.2.1. **Atualização Monetária:** O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente.

4.2.2. **Juros Remuneratórios:** Sobre o Valor Nominal Unitário (ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável) das Debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, *over* extra-grupo, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI Over"), acrescida de uma sobretaxa equivalente a 1,60% (um inteiro e sessenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Juros Remuneratórios").

4.2.2.1. Os Juros Remuneratórios serão calculados em regime de capitalização composta de forma *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, desde a primeira Data de Integralização, ou da Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, até a data de seu efetivo pagamento (exclusive).

4.2.2.2. O cálculo dos Juros Remuneratórios obedecerá a seguinte fórmula.

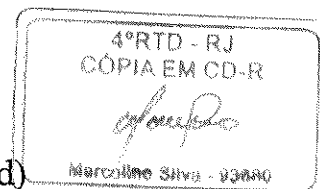
$$J = VNe \times (\text{FatorJuros} - 1)$$

onde:

J = valor dos Juros Remuneratórios devidos na respectiva data de pagamento, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário (ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável) das Debêntures, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = fator de juros, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado de acordo com a seguinte fórmula:



$$\text{FatorJuros} = (\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread})$$

onde:

FatorDI = produtório das Taxas DI_k , desde a primeira Data de Integralização, ou da Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, inclusive, até a respectiva data de pagamento, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{FatorDI} = \prod_{k=1}^{nDI} [1 + (TDI_k)]$$

onde:

k = número de ordens das Taxas DI *Over*, variando de 1 (um) até nDI .

nDI = número total de Taxas DI *Over*, consideradas na apuração do "FatorDI", sendo "nDI" um número inteiro; e

TDI_k = Taxa DI_k , expressa ao dia, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

DI_k = Taxa DI *Over* de ordem k , divulgada pela CETIP, utilizada com 2 (duas) casas decimais;

Fator *Spread* = Sobretaxa de juros fixos calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, calculado conforme a seguinte fórmula:

$$\text{FatorSpread} = \left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}}$$

onde,

spread = 1,6000; e

DP = número de Dias Úteis entre a Data de Integralização ou a Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, e a data atual, sendo "DP" um número inteiro.

4.2.2.3. Observações:

- (a) o fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento;

- (b) efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;
- (c) uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "FatorDI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento;
- (d) o fator resultante da expressão $(FatorDI \times FatorSpread)$ deve ser considerado com 9 (nove) casa decimais, com arredondamento; e
- (c) a Taxa DI *Over* deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP.

4.2.2.4. Se na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora não houver divulgação da Taxa DI *Over* pela CETIP, será aplicada na apuração de TDI_k a última Taxa DI *Over* divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da divulgação posterior da Taxa DI *Over* que seria aplicável. Se a não divulgação da Taxa DI *Over* for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos, aplicar-se-á o disposto nas Cláusulas 4.2.2.5, 4.2.2.6 e 4.2.2.7 abaixo.

4.2.2.5. No caso de (i) extinção, (ii) ausência de apuração e/ou divulgação por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou (iii) impossibilidade legal ou por determinação judicial de aplicação às Debêntures da Taxa DI *Over*, adotar-se-á a última Taxa DI *Over* disponível até que seja definida a taxa que vier a substituí-la. O Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis a contar (i) da extinção ou da impossibilidade legal ou por determinação judicial de aplicação da Taxa DI *Over* às Debêntures, ou (ii) do fim do prazo de 10 (dez) dias de ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI *Over*, convocar Assembleia Geral de Debenturistas no modo e prazos estipulados na Cláusula X desta Escritura e no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações, para a deliberação, de comum acordo com a Emissora, do novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios que serão aplicados, observado o disposto na Cláusula 4.2.2.6 abaixo.

4.2.2.6. Caso não haja acordo sobre o novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios entre a Emissora e Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures em Circulação, cancelando-as subsequentemente, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, pelo seu Valor Nominal Unitário (ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável), acrescido dos Juros Remuneratórios devidos até a data do efetivo resgate, calculados *pro rata temporis* a partir da primeira Data de Integralização ou da Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, sem multa ou prêmio de qualquer natureza. Nesta alternativa, para cálculo dos Juros Remuneratórios, será utilizada a fórmula da Cláusula 4.2.2.2 acima, sendo que a Taxa DI *Over* a ser utilizada para a apuração de TDI_k no cálculo dos Juros Remuneratórios das Debêntures será a última Taxa DI *Over* disponível.

4.2.2.7. Não obstante o disposto acima, caso a Taxa DI *Over* venha a ser divulgada antes da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, a referida Assembleia Geral não será mais realizada e a Taxa DI *Over* então divulgada, a partir da respectiva data de referência, será utilizada para o cálculo dos Juros Remuneratórios.



4.2.2.8. Para fins da presente Escritura, a expressão “Dia(s) Útil(eis)” significa qualquer dia, exceção feita aos sábados, domingos e feriados declarados nacionais.

4.3. Amortização do Valor Nominal Unitário

4.3.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures será integralmente amortizado em uma única parcela, na Data de Vencimento, ressalvadas as hipóteses de declaração de vencimento antecipado em razão da ocorrência de um dos Eventos de Inadimplemento ou da realização do Resgate Antecipado Facultativo Total ou de uma Amortização Facultativa Parcial.

4.4. Periodicidade de Pagamento dos Juros Remuneratórios

4.4.1. Os Juros Remuneratórios serão pagos integralmente na Data de Vencimento, ressalvadas as hipóteses de declaração de vencimento antecipado em razão da ocorrência de um dos Eventos de Inadimplemento ou da realização do Resgate Antecipado Facultativo Total ou de uma Amortização Facultativa Parcial (“Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios”).

4.5. Local de Pagamento

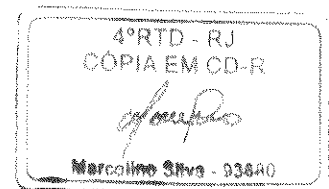
4.5.1. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora no respectivo vencimento utilizando-se, conforme o caso: (a) os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; e/ou (b) os procedimentos adotados pelo Banco Liquidante, para as Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP (“Local de Pagamento”).

4.6. Prorrogação dos Prazos

4.6.1. Caso uma determinada data de vencimento coincida com dia em que não exista expediente comercial ou bancário no Local de Pagamento, considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação decorrente desta Escritura por quaisquer das Partes, até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da CETIP, hipótese em que a referida prorrogação de prazo somente ocorrerá caso a data de pagamento coincida com feriado declarado nacional, sábado ou domingo.

4.7. Encargos Moratórios

4.7.1. Sem prejuízo do disposto na Cláusula VII desta Escritura, caso a Emissora deixe de efetuar quaisquer pagamentos de quaisquer quantias devidas aos Debenturistas nas datas em que são devidos, tais pagamentos devidos e não pagos continuarão sujeitos à eventual remuneração incidente sobre os mesmos e ficarão sujeitos, ainda, a: (a) multa moratória convencional, irredutível e de natureza não compensatória, de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago; e (b) juros de mora não compensatórios calculados à taxa de 1% (um por cento) ao mês. Os encargos moratórios ora estabelecidos incidirão sobre o montante devido e não pago desde o efetivo descumprimento da obrigação respectiva até a data do seu efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.



4.8. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

4.8.1. O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora, nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer remuneração adicional e/ou encargos moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

4.9. Preço de Subscrição

4.9.1. As Debêntures serão subscritas e integralizadas, no mercado primário, pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido dos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis* desde a primeira Data de Integralização até a respectiva Data de Integralização (“Preço de Subscrição”).

4.10. Prazo e Forma de Subscrição e Integralização

4.10.1. As Debêntures poderão ser subscritas a qualquer tempo, a partir da data de início da distribuição, no prazo de até 6 (seis) meses a contar do início da distribuição, com integralização à vista, no ato da subscrição (“Data de Integralização”) e em moeda corrente nacional, pelo Preço de Subscrição, de acordo com as normas de liquidação e procedimentos aplicáveis da CETIP.

4.11. Repactuação

4.11.1. As Debêntures não estarão sujeitas à repactuação programada.

4.12. Publicidade

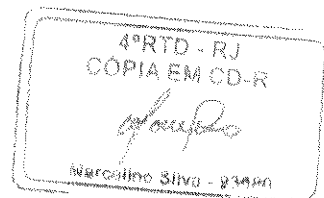
4.12.1. Todos os atos e decisões a serem tomados decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser obrigatoriamente comunicados na forma de avisos (“Avisos aos Debenturistas”) e publicados nos Jornais de Publicação, bem como divulgados na página da Emissora na rede mundial de computadores – Internet (www.mzweb.com.br/cromossomoi), observado o estabelecido no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações e as limitações impostas pela Instrução CVM 476 em relação à publicidade da Oferta Restrita e os prazos legais, devendo a Emissora comunicar o Agente Fiduciário a respeito de qualquer publicação na data da sua realização, sendo certo que, caso a Emissora altere seu jornal de publicação após a Data de Emissão, deverá enviar notificação ao Agente Fiduciário informando o novo veículo.

4.13. Certificados de Debêntures e Comprovação de Titularidade

4.13.1. A Emissora não emitirá certificados de Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato, em nome do Debenturista, emitido pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

4.14. Liquidez e Estabilização

4.14.1. Não será constituído fundo de manutenção de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez ou estabilização de preço para as Debêntures.



4.15. Imunidade de Debenturistas

4.15.1. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis de antecedência em relação à data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontados de seus pagamentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

4.16. Fundo de Amortização

4.16.1. Não será constituído fundo de amortização para a presente Emissão.

4.17. Direito de Preferência

4.17.1. Não haverá direito de preferência para subscrição das Debêntures pelos atuais acionistas da Emissora.

4.18. Classificação de Risco

4.18.1. Não será contratada agência de classificação de risco para atribuir *rating* às Debêntures.

CLÁUSULA V ADITAMENTOS À PRESENTE ESCRITURA

5.1. Aditamentos

5.1.1. Quaisquer aditamentos a esta Escritura deverão ser celebrados pela Emissora, pelos Fiadores e pelo Agente Fiduciário e protocolados na Junta Comercial e nos competentes Cartórios de RTD em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de assinatura dos referidos aditamentos e registrados nos Cartórios de RTD em até 15 (quinze) dias contados da sua celebração. No prazo máximo de até 10 (dez) Dias Úteis após o registro dos referidos aditamentos na Junta Comercial e nos competentes Cartórios de RTD, a Emissora encaminhará ao Agente Fiduciário uma via original devidamente registrada dos mesmos.

CLÁUSULA VI RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO TOTAL, AMORTIZAÇÃO FACULTATIVA PARCIAL E AQUISIÇÃO FACULTATIVA

6.1. Resgate Antecipado Facultativo Total

6.1.1. A Emissora poderá, observados os termos e condições estabelecidos a seguir, a seu exclusivo critério, a qualquer momento a partir da Data de Emissão, independentemente da vontade dos Debenturistas, realizar o resgate antecipado da totalidade das Debêntures ("Resgate Antecipado Facultativo Total").

6.1.1.1. Não será admitido o resgate antecipado facultativo parcial de Debêntures.

6.1.2. O Resgate Antecipado Facultativo Total somente poderá ocorrer mediante o envio de comunicação dirigida a cada um dos Debenturistas, com cópia para o Agente Fiduciário e à CETIP ("Comunicação de Resgate Antecipado Facultativo Total"), com antecedência mínima de 15 (quinze) Dias Úteis da data prevista para realização do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total ("Data do Resgate Antecipado Facultativo Total").

6.1.2.1. Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo Total, os Debenturistas farão jus (i) ao pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures (ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme aplicável), (ii) aos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis* desde a primeira Data de Integralização, ou da Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, até a Data do Resgate Antecipado Facultativo Total, e (iii) ao prêmio *flat* incidente sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures (ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme aplicável) acrescido dos Juros Remuneratórios, calculado até a data da realização do Resgate Antecipado, conforme tabela abaixo ("Valor do Resgate Antecipado Facultativo Total"):

Período do Resgate	Valor do Prêmio (%)
Período compreendido entre a Data de Emissão e 31 de agosto de 2017 (inclusive)	0,25
Período compreendido entre 1º de setembro de 2018 (inclusive) e 31 de janeiro de 2019 (inclusive)	0,20

6.1.2.2. Na Comunicação de Resgate Antecipado Facultativo Total deverá constar: (a) a Data do Resgate Antecipado Facultativo Total; (b) menção ao Valor do Resgate Antecipado Facultativo Total; e (c) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado Facultativo Total.

6.1.3. Caso ocorra o Resgate Antecipado Facultativo Total de quaisquer Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, o respectivo Resgate Antecipado Facultativo Total também seguirá os procedimentos adotados pela CETIP.

6.1.4. As Debêntures objeto do Resgate Antecipado Facultativo Total serão obrigatoriamente canceladas.

6.1.5. A data para realização do Resgate Antecipado Facultativo Total deverá, obrigatoriamente, ser um Dia Útil.

6.2. Amortização Facultativa Parcial

6.2.1. A Emissora poderá, observados os termos e condições estabelecidos a seguir, a seu exclusivo critério, a qualquer momento a partir da Data de Emissão, independentemente da vontade dos Debenturistas, realizar a amortização facultativa parcial do Valor Nominal Unitário das Debêntures (ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme aplicável), limitada a 98% (noventa e oito por cento) do referido valor, que deverá abranger, proporcionalmente, todas as Debêntures ("Amortização Facultativa Parcial").

6.2.2. A Amortização Facultativa Parcial somente poderá ocorrer mediante o envio de comunicação dirigida, a cada um dos Debenturistas, com cópia para o Agente Fiduciário e à CETIP ("Comunicação de Amortização Facultativa Parcial"), com antecedência mínima de 15

(quinze) Dias Úteis da data prevista para realização da efetiva amortização ("Data da Amortização Facultativa Parcial").

6.2.2.1. Por ocasião da Amortização Facultativa Parcial, os Debenturistas farão jus: (i) ao pagamento da parcela do Valor Nominal Unitário das Debêntures (ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme aplicável) a ser amortizada, (ii) aos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis* desde a primeira Data de Integralização, ou da Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, até a Data da Amortização Facultativa Parcial e (iii) ao prêmio *flat* incidente sobre a parcela do Valor Nominal Unitário das Debêntures (ou do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme aplicável) que será amortizada, acrescido dos Juros Remuneratórios, calculados até a data da realização da Amortização Facultativa Parcial, conforme tabela abaixo ("Valor da Amortização Facultativa Parcial"), devendo tal amortização abranger, proporcionalmente, todas as Debêntures:

Período da Amortização	Valor do Prêmio (%)
Período compreendido entre a Data de Emissão e 31 de agosto de 2017 (inclusive)	0,25
Período compreendido entre 1º de setembro de 2018 (inclusive) e 31 de janeiro de 2019 (inclusive)	0,20

6.2.2.2. Na Comunicação de Amortização Facultativa Parcial deverá constar: (a) a Data da Amortização Facultativa Parcial; (b) menção ao Valor da Amortização Facultativa Parcial; e (c) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização da Amortização Facultativa Parcial.

6.2.3. Caso ocorra a Amortização Facultativa Parcial de quaisquer Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, a respectiva Amortização Facultativa Parcial também seguirá os procedimentos adotados pela CETIP.

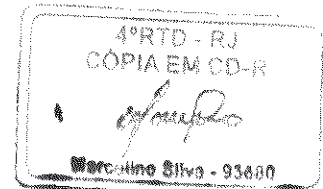
6.2.4. A data para realização da Amortização Facultativa Parcial deverá, obrigatoriamente, ser um Dia Útil.

6.3. Aquisição Facultativa

6.3.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, a seu exclusivo critério, observadas as restrições de negociação e prazo previsto na Instrução CVM 476 e o disposto no parágrafo 3º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações, adquirir Debêntures em Circulação: (a) por valor igual ou inferior ao Valor Nominal Unitário (ou ao saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável), devendo o fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora; ou (b) por valor superior ao Valor Nominal Unitário (ou ao saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável), desde que observe as regras expedidas pela CVM. As Debêntures em Circulação adquiridas pela Emissora conforme aqui estabelecido poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora ou ser novamente colocadas no mercado.

6.3.2. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos da Cláusula 6.3.1 acima, se e quando recolocadas no mercado, farão jus aos mesmos Juros Remuneratórios das demais Debêntures.

CLÁUSULA VII VENCIMENTO ANTECIPADO

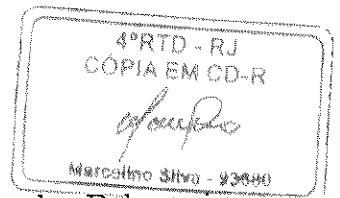


7.1. São considerados eventos de inadimplemento, acarretando o vencimento antecipado das Debêntures e, sujeito ao disposto nas Cláusulas 7.2 a 7.4 abaixo, a imediata exigibilidade do pagamento, pela Emissora e/ou pelos Fiadores, do Valor Nominal Unitário (ou do saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável) de cada Debênture, acrescido dos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis* desde a primeira Data de Integralização, ou da Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, conforme previsto na Cláusula 4.2.2.1 desta Escritura, além dos demais encargos devidos nos termos desta Escritura, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, quaisquer dos seguintes eventos (cada um deles, um “Evento de Inadimplemento”):

- (a) ocorrência de qualquer uma das situações previstas nos artigos 333 e 1.425 do Código Civil, considerando-se, para os fins destes artigos, os Garantidores como devedores, com a exceção das hipóteses previstas no inciso III do artigo 333 (“se cessarem, ou se tornarem insuficientes, as garantias do débito, fidejussórias ou reais, e o devedor, intimado, se negar a reforça-las”) e no inciso I do artigo 1.425 (“se, deteriorando-se, ou depreciando-se o bem dado em segurança, desfaltar a garantia, e o devedor, intimado, não a reforçar ou substituir”), ambos do Código Civil;
- (b) inadimplemento, pela Emissora, por qualquer dos Garantidores e/ou pela DASA, de obrigações assumidas em quaisquer contratos ou títulos com quaisquer Debenturistas em qualquer valor, ou com terceiros em valor, individual ou agregado, superior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais);
- (c) ocorrência de eventos que ensejem o vencimento antecipado (ou qualquer efeito análogo) de obrigações assumidas em quaisquer títulos emitidos ou contratos firmados pela Emissora, pelos Garantidores e/ou pela DASA;
- (d) protesto de títulos ou negativação em quaisquer cadastros dos órgãos de proteção ao crédito, como SPC e SERASA, Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundo - CCF ou Sistema de Informações de Crédito do Banco Central, contra a Emissora e/ou contra qualquer dos Garantidores, cujo valor individual ou agregado seja superior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) e que não seja(m) devidamente sustado(s) ou levantado(s) por medida judicial ou extrajudicial em até 5 (cinco) Dias Úteis contados do efetivo protesto ou negativação;
- (e) trânsito em julgado de qualquer decisão judicial, arbitral ou administrativa contra a Emissora e/ou contra qualquer dos Garantidores que implique em efetivo desembolso, cujo valor individual ou agregado seja superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais);
- (f) fornecimento ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas, diretamente ou por meio de prepostos ou mandatários, de informações incompletas, falsas ou alteradas sobre a Emissora e/ou sobre qualquer dos Garantidores, inclusive por meio de documento público ou particular de qualquer natureza, ou omissão de informações que se fossem do conhecimento do Agente Fiduciário e/ou dos Debenturistas poderiam alterar o julgamento a respeito das Garantias objeto das Debêntures, desde que, no caso de

informações incompletas, elas não sejam corrigidas ou sanadas em até 15 (quinze) dias contados da data em que a Emissora e/ou os Garantidores, conforme o caso, foram cientificados de tal fato pelos pelo Agente Fiduciário;

- (g) falta de cumprimento pela Emissora e/ou por qualquer dos Garantidores de toda e qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura, não sanado no respectivo prazo de cura ou, na sua ausência, no prazo de até 15 (quinze) dias contados da data do respectivo descumprimento, ressalvadas as obrigações referentes à perfeita constituição das Garantias para as quais não haverá prazo de cura e cujo descumprimento possibilita o vencimento antecipado imediato pelos Debenturistas;
- (h) se houver descumprimento de qualquer das obrigações da Emissora e/ou de qualquer dos Garantidores previstas nos Contratos de Garantia Real, não sanado no respectivo prazo de cura ou, na sua ausência, no prazo de até 15 (quinze) dias contados da data do respectivo descumprimento, ressalvadas as obrigações referentes à perfeita constituição das Garantias, para as quais não haverá prazo de cura e cujo descumprimento possibilita o vencimento antecipado imediato pelos Debenturistas;
- (i) cessão, promessa de cessão ou transferência a terceiros, no todo ou em parte, pela Emissora e/ou por qualquer dos Garantidores, de quaisquer das obrigações assumidas nesta Escritura, sem anuência prévia de Debenturistas que representem no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures;
- (j) não pagamento pela Emissora e/ou pelos Garantidores, em até 1 (um) Dia Útil da data em que tal pagamento seja devido, do Valor Nominal Unitário e dos Juros Remuneratórios;
- (k) não pagamento pela Emissora e/ou pelos Garantidores, em até 1 (um) Dia Útil da data em que tal pagamento seja devido, de qualquer obrigação pecuniária relacionada à Emissão prevista nesta Escritura, com a exceção do Valor Nominal Unitário e dos Juros Remuneratórios;
- (l) ocorrência de: (i) decretação de falência, extinção, dissolução, insolvência e/ou liquidação da Emissora, de qualquer dos Garantidores e/ou da DASA, conforme aplicável; (ii) pedido de falência ou insolvência da Emissora, de qualquer dos Garantidores e/ou da DASA, conforme aplicável, formulado por terceiros e não elidido no prazo legal; ou (iii) pedido de autofalência ou insolvência, conforme aplicável, formulado pela Emissora, por qualquer dos Garantidores e/ou pela DASA ;
- (m) pedido de recuperação extrajudicial ou judicial da Emissora, da Cromossomo II e/ou da DASA, diretas ou indiretas, independentemente da aceitação por qualquer credor de pedido de negociação de plano de recuperação extrajudicial ou de ter sido requerida homologação judicial do respectivo plano, bem como independentemente de deferimento do processamento da recuperação judicial ou de sua concessão pelo juízo competente;
- (n) alteração do objeto social da Emissora e/ou da Cromossomo II que modifique a atividade principal de tais sociedades, conforme disposto em seus respectivos estatutos sociais vigentes na Data de Emissão;
- (o) realização de redução de capital social da Emissora, após a Data de Integralização, sem a prévia autorização de Debenturistas que representem, no mínimo, a maioria das



Debêntures em Circulação, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para este fim;

- (p) ocorrência de qualquer evento ou situação que venha a afetar comprovadamente, de maneira adversa e relevante, a capacidade operacional e/ou financeira da Emissora e/ou de qualquer dos Garantidores no cumprimento de quaisquer de suas obrigações relacionadas às Debêntures ou a qualquer dos documentos da Emissão;
- (q) utilização dos recursos líquidos obtidos pela Emissora por meio da integralização das Debêntures de forma diversa daquela prevista na Cláusula 3.5.1 desta Escritura;
- (r) caso esta Escritura e/ou qualquer outro documento da Emissão seja cancelado, revogado ou rescindido;
- (s) caso a Emissora e/ou qualquer dos Garantidores promova qualquer medida com o propósito de fazer com que esta Escritura e/ou qualquer outro documento da Emissão e/ou de qualquer de suas disposições seja anulado, considerado nulo, inválido ou inexecutável nos termos da legislação aplicável ou de decisão judicial, final, interlocutória ou liminar, administrativa ou arbitral;
- (t) cisão, fusão, incorporação (inclusive incorporação de ações) ou qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo a Emissora, a Cromossomo II e/ou a DASA, sem a prévia autorização de Debenturistas que representem, ao menos, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para este fim, exceto com relação à eventual incorporação da Cromossomo II pela DASA, com relação a qual os Debenturistas, ao subscreverem as Debêntures, concedem prévia e expressa anuência;
- (u) descumprimento, pela Emissora e/ou por qualquer dos Garantidores, de qualquer decisão judicial e/ou de qualquer decisão administrativa ou arbitral não sujeita a recurso ou contestação judicial, conforme o caso, e à qual não tenha sido concedido efeito suspensivo;
- (v) ocorrência de qualquer alteração do controle acionário, direto ou indireto, da Emissora, da Cromossomo II e/ou da DASA, sem a prévia autorização de Debenturistas que representem, ao menos, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para este fim, exceto com relação a operações envolvendo apenas Edson, Dulce e seus respectivos sucessores e desde que: (i) Edson (ou seus sucessores, em caso de sucessão) permaneça como controlador, direto ou indireto; (ii) as Ações Alienadas permaneçam alienadas fiduciariamente em favor do Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas; e (iii) os Direitos Creditórios Cedidos permaneçam cedidos fiduciariamente em favor do Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, e continuem sendo depositados nas Contas Vinculadas;
- (w) disposição, transferência, cessão, alienação ou constituição de qualquer outro ônus sobre os bens e direitos objeto da Alienação Fiduciária (excetuados aqueles que tenham sido objeto de liberação parcial nos termos da Cláusula 3.4.1.5 acima), de forma gratuita ou onerosa, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, exceto pelos ônus constituídos por meio dos Contratos de Garantia Real ou se previamente aprovado por Debenturistas

que representem, ao menos, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para este fim;

- (x) transformação do tipo societário da Emissora, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- (y) caso a Alienação Fiduciária de Ações e/ou a Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios representadas respectivamente pelo Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e pelo Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e seus respectivos aditamentos não sejam devidamente formalizadas e constituídas nos termos, condições e prazos estabelecidos na Cláusula 3.4 desta Escritura, por qualquer motivo, inclusive pela impossibilidade de liberação das garantias reais constituídas nos termos do Contrato de Garantias da Primeira Emissão;
- (z) contratação, pela Emissora e/ou pela Cromossomo II, de qualquer novo empréstimo, financiamento ou qualquer outra modalidade de obrigação de cunho financeiro, inclusive mútuos;
- (aa) distribuição e/ou pagamento pela Emissora, de dividendos, juros sobre capital próprio ou quaisquer outras distribuições de lucros aos acionistas da Emissora, caso a Emissora e/ou qualquer dos Garantidores esteja em mora relativamente ao cumprimento com quaisquer das obrigações estabelecidas nesta Escritura ou nos Contratos de Garantia Real, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações;
- (bb) falecimento, declaração judicial em qualquer instância de incapacidade, ausência ou insolvência de qualquer dos Fiadores, sem que, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data do evento: (i) seja aprovado substituto por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures, observado que a aprovação dos Debenturistas não será necessária caso o(s) substituto(s) do(s) Fiadores(s) falecido(s) ou ausente(s) seja(m) seu(s) sucessor(es); e (ii) seja devidamente constituída e formalizada a fiança prestada pelo fiador substituto aprovado pelos Debenturistas nos termos do item (i) acima;
- (cc) disposição, transferência, cessão, alienação ou constituição de ônus sobre os ativos da Emissora e/ou da Cromossomo II.
- (dd) se qualquer dos Garantidores ceder ou transferir quaisquer de suas obrigações decorrentes de qualquer dos Contratos de Garantia Real, total ou parcialmente, sem prévia e expressa anuência de Debenturistas que representem no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures, exceto com relação a cessões ou transferências envolvendo apenas Edson, Dulce e seus respectivos sucessores e desde que: (i) Edson (ou seus sucessores, em caso de sucessão) permaneça como controlador, direto ou indireto; (ii) as Ações Alienadas permaneçam alienadas fiduciariamente em favor do Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas; e (iii) os Direitos Creditórios Cedidos permaneçam cedidos fiduciariamente em favor do Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, e continuem sendo depositados nas Contas Vinculadas; e
- (ee) caso qualquer das Garantias Reais (i) seja objeto de questionamento judicial, arbitral ou administrativo pela Emissora, por qualquer dos Garantidores, pela Cromossomo II e/ou

pela DASA; (ii) seja declarada inválida ou se torne ineficaz em razão de decisão judicial, arbitral ou administrativa, ainda que não apresentem caráter definitivo; (iii) seja anulada; ou (iv) de qualquer forma, deixe de existir, salvo se as referidas Garantias Reais forem substituídas por outras garantias aprovadas pelos Debenturistas, nos termos dos respectivos Contratos de Garantia Real.

7.2. Ocorrendo quaisquer dos Eventos de Inadimplemento previstos nas alíneas "a", "i", "j", "l", "m", "o", "q", "r", "s", "t", "v", "w" e "x" da Cláusula 7.1 acima, as Debêntures tornar-se-ão automaticamente vencidas, aplicando-se o disposto na Cláusula 7.4 abaixo, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial, devendo o Agente Fiduciário, no entanto, enviar à Emissora e aos Fiadores comunicação escrita informando tal acontecimento, em até 2 (dois) Dias Úteis contados do dia em que tomar ciência da ocorrência.

7.3. Na ocorrência de quaisquer dos demais Eventos de Inadimplemento que não sejam aqueles previstos na Cláusula 7.2 acima, o Agente Fiduciário deverá convocar, dentro de até 2 (dois) Dias Úteis da data em que tomar ciência da ocorrência de qualquer dos referidos eventos, Assembleia Geral de Debenturistas visando a deliberar acerca da não declaração de vencimento antecipado das Debêntures, observado o procedimento de convocação previsto na Cláusula X desta Escritura e o quórum específico estabelecido na Cláusula 7.3.2 abaixo. A Assembleia Geral aqui prevista poderá também ser convocada pela Emissora, na forma da Cláusula 10.1 abaixo.

7.3.1. O Agente Fiduciário deverá enviar à Emissora, em até 1 (um) Dia Útil contado da data em que for realizada a Assembleia Geral referida na Cláusula 7.3 acima comunicação escrita informando acerca das deliberações tomadas, caso a Emissora não esteja presente na Assembleia Geral.

7.3.2. Se, na Assembleia Geral referida na Cláusula 7.3 acima, os Debenturistas detentores de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures determinarem que o Agente Fiduciário não declare o vencimento antecipado das Debêntures, o Agente Fiduciário não declarará o vencimento antecipado de tais Debêntures.

7.3.3. Caso não haja deliberação de Debenturistas detentores de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures, determinando que o Agente Fiduciário não declare o vencimento antecipado das Debêntures, inclusive na hipótese de não instalação da Assembleia Geral de Debenturistas, por falta de quórum na 2ª (segunda) convocação, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures, devendo enviar à Emissora, com cópia para a CETIP, comunicação escrita informando tal acontecimento, em até 1 (um) Dia Útil contado de sua ocorrência, aplicando-se o disposto na Cláusula 7.4 abaixo.

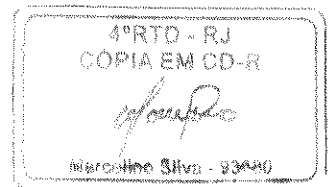
7.4. Observado o disposto nesta Cláusula VII, em caso de vencimento antecipado das Debêntures, a Emissora obriga-se a resgatar a totalidade das Debêntures, com o seu consequente cancelamento, obrigando-se aos pagamentos previstos na Cláusula 7.1 acima, além dos demais encargos devidos nos termos desta Escritura, em até 2 (dois) Dias Úteis contados do recebimento, pela Emissora, da comunicação escrita referida nas Cláusulas 7.2, 7.3.1 e 7.3.3 acima.

CLÁUSULA VIII OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA E DOS FIADORES

8.1. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura, enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, a Emissora e os Fiadores, conforme aplicável, obrigam-se, ainda, a:

(a) fornecer ao Agente Fiduciário:

- (i) no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados de sua efetiva divulgação ou dentro de no máximo 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, o que ocorrer primeiro: (i) cópia de suas demonstrações financeiras completas e das demonstrações financeiras completas da Cromossomo II, relativas ao respectivo exercício social, acompanhadas de parecer dos auditores independentes, bem como cópia de qualquer comunicação feita pelos auditores independentes à Emissora e/ou à Cromossomo II, e respectivas respostas, com referência ao sistema de contabilidade, à gestão ou às contas da Emissora e/ou da Cromossomo II; e (ii) Declaração de representante legal da Emissora na forma do seu estatuto social, atestando: (a) que permanecem válidas as disposições contidas na Escritura; (b) a não ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento e a inexistência de descumprimento de obrigações da Emissora perante os Debenturistas; (c) que não foram praticados atos em desacordo com seu estatuto social; e (d) que seus bens e ativos foram mantidos devidamente assegurados;
- (ii) na data de sua publicação, notificação da convocação de qualquer Assembleia Geral de Debenturistas pela Emissora, informando, inclusive, a data e ordem do dia dessas Assembleias;
- (iii) em até 2 (dois) Dias Úteis contados da sua ocorrência, informações sobre o descumprimento de qualquer cláusula, termo ou condição desta Escritura, inclusive com relação a um Evento de Inadimplemento, nos termos da Cláusula 7.1 acima;
- (iv) em até 5 (cinco) Dias Úteis após sua publicação, cópia dos Avisos aos Debenturistas, fatos relevantes, atas de Assembleias Gerais de Debenturistas e demais documentos relacionados à presente Emissão, bem como cópia das atas de reuniões do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal da Emissora (se aplicável) que envolvam os interesses dos Debenturistas;
- (v) no menor prazo possível, respeitado o prazo máximo de 10 (dez) dias contados do recebimento de solicitação, qualquer informação relevante com relação às Debêntures que lhe venha a ser solicitada, de maneira razoável, por escrito, pelo Agente Fiduciário, a fim de que este possa cumprir as suas obrigações nos termos desta Escritura e da Instrução da CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28");
- (vi) em até 2 (dois) Dias Úteis após o seu recebimento, cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Emissora, relativa às Debêntures ou à presente Escritura;



- (vii) no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados de solicitação nesse sentido pelo Agente Fiduciário, os comprovantes de cumprimento de qualquer obrigação decorrente da Escritura; e
- (viii) para fins da elaboração do relatório anual de que trata o item "m" da Cláusula 9.4.1 desta Escritura, informar e enviar o organograma, os dados financeiros e atos societários necessários à realização do relatório anual e que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora em até 30 (trinta) dias corridos antes do encerramento do prazo previsto no item "n" da Cláusula 9.4.1 desta Escritura. O referido organograma do grupo societário da Emissora deverá conter, inclusive, os controladores, as controladas, as sociedades sob controle comum, as coligadas e os integrantes do bloco de controle, no encerramento de cada exercício social.
- (b) preparar demonstrações financeiras em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM e submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM, e proceder à adequada publicidade de seus dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações e/ou demais regulamentações aplicáveis, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras anuais;
- (c) contratar e manter contratados, às suas expensas, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nos documentos da Oferta Restrita, incluindo o Banco Liquidante, o Escriturador, o Agente Fiduciário, o sistema de distribuição das Debêntures no mercado primário (MDA) e o sistema de negociação no mercado secundário (CETIP21);
- (d) apresentar imediatamente ao público as decisões tomadas pela Emissora com relação a seus resultados operacionais, atividades comerciais e quaisquer outros fatos considerados relevantes nos termos da regulamentação expedida pela CVM;
- (e) comunicar em até 2 (dois) Dias Úteis ao Agente Fiduciário a ocorrência de quaisquer eventos ou situações que sejam de seu conhecimento e que possam afetar negativamente sua habilidade de efetuar o pontual cumprimento das obrigações, no todo ou em parte, assumidas no âmbito da Oferta Restrita;
- (f) registrar e manter as Debêntures registradas para negociação no mercado secundário durante todo o prazo de vigência das Debêntures, arcando com os custos do referido registro;
- (g) manter, sob a sua guarda, por 5 (cinco) anos contados da Data de Emissão, ou por prazo maior se solicitado pela CVM, todos os documentos e informações relacionados à Oferta Restrita, além de cumprir todos os requisitos e obrigações estabelecidos nesta Escritura e na regulamentação em vigor pertinente à matéria, em especial as obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM nº 476, conforme a seguir transcritas: (a) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com a regulamentação da CVM; (b) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor registrado na CVM; (c) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede

mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social; (d) manter os documentos mencionados na alínea (c) anterior em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos; (e) observar as disposições da Instrução da CVM nº 358, de 03 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), no tocante ao dever de sigilo e vedações à negociação; (f) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM 358, comunicando imediatamente ao Coordenador Líder e ao Agente Fiduciário; e (g) fornecer as informações solicitadas pela CVM;

- (h) fornecer as informações solicitadas pela CETIP;
- (i) manter válidas e regulares as licenças, alvarás, concessões ou aprovações, inclusive ambientais, necessárias ao seu funcionamento ou para sua capacidade em honrar tempestivamente as obrigações pecuniárias relativas às Debêntures;
- (j) manter em dia o pagamento de todas as suas obrigações e responsabilidades (inclusive de natureza tributária, trabalhista e previdenciária) relacionadas à Oferta Restrita ou cujo não pagamento resulte ou possa resultar, a exclusivo critério dos Debenturistas, de forma justificada, em impacto adverso relevante para suas atividades, ou para sua capacidade em honrar tempestivamente as obrigações pecuniárias relativas às Debêntures;
- (k) convocar, nos termos da Cláusula X desta Escritura, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com as Debêntures, caso o Agente Fiduciário deva fazê-lo, nos termos da presente Escritura, mas não o faça;
- (l) observar as disposições da Instrução CVM 358 no tocante ao dever de sigilo e vedações à negociação;
- (m) comparecer a Assembleias Gerais sempre que solicitado e convocado nos prazos previstos nesta Escritura;
- (n) efetuar o pagamento de todas as despesas incorridas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura, desde que comprovadas e, sempre que possível, previamente aprovadas pela Emissora;
- (o) cumprir todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis, em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos, exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial e para as quais possua provimento jurisdicional vigente determinando sua não aplicabilidade;
- (p) utilizar os recursos líquidos obtidos com a Oferta Restrita estritamente nos termos da Cláusula 3.5.1 acima; e
- (q) até a Data de Vencimento, observar, cumprir e/ou fazer cumprir, por si e por qualquer uma de suas respectivas controladas, diretores, membros de conselho de administração, quaisquer terceiros, incluindo assessores ou prestadores de serviço agindo em seu

benefício e/ou de suas respectivas controladas, diretores, membros de conselho de administração ("Representantes"), a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 ("Lei Anticorrupção"), bem como abster-se de praticar qualquer pagamento de propina, abatimento ilícito, remuneração ilícita, suborno, tráfico de influência, "caixinha" ou outro pagamento ilegal (em conjunto, "Condutas Indevidas"), devendo: (i) manter políticas e procedimentos internos que assegurem integral cumprimento das Lei Anticorrupção; (ii) dar conhecimento pleno de tais normas a todos os seus profissionais e/ou os demais prestadores de serviços, previamente ao início de sua atuação no âmbito da Oferta Restrita; (iii) abster-se de praticar atos de corrupção e de agir de forma lesiva à administração pública, nacional ou estrangeira; e (iv) caso tenha conhecimento de qualquer ato ou fato que viole aludidas normas, comunicar em até 2 (dois) Dias Úteis ao Agente Fiduciário, que poderá tomar todas as providências que entender necessárias;

- (r) manter, conservar e preservar todos os seus bens relevantes (tangíveis e intangíveis), necessários para a devida condução das atividades da Emissora, com exceção da substituição pelo uso e desgaste natural dos mesmos;
- (s) notificar o Agente Fiduciário, na mesma data que tiver ciência, sobre qualquer alteração substancial e relevante nas condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias ou societárias ou nos negócios da Emissora que (a) impossibilite ou dificulte o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura e das Debêntures;
- (t) manter os bens e ativos da Emissora devidamente segurados, conforme práticas correntes de mercado;
- (u) manter contratado durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Banco Liquidante, o Escriturador, o Agente Fiduciário, e o sistema de negociação no mercado secundário por meio do CETIP 21;
- (v) efetuar recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão e que sejam de responsabilidade da Emissora;
- (w) manter sempre válidas e em vigor as concessões, licenças (inclusive ambientais), alvarás e autorizações necessárias à exploração de seus negócios;
- (x) não divulgar ao público informações referentes à Emissora, à Oferta Restrita ou às Debêntures em desacordo com o disposto na regulamentação aplicável, incluindo, mas não se limitando, ao disposto na Instrução CVM 476 e no artigo 48, inciso II da Instrução nº CVM 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400");
- (y) abster-se de negociar valores mobiliários de sua emissão e da mesma espécie das Debêntures até o envio da comunicação de encerramento da Oferta Restrita à CVM pelo Coordenador Líder, observado o disposto no artigo 12 da Instrução CVM 476;
- (z) abster-se, até o envio da comunicação de encerramento da Oferta Restrita à CVM pelos Coordenadores da Oferta, de (a) revelar informações relativas à Oferta Restrita, exceto aquilo que for necessário à consecução de seus objetivos, advertindo os destinatários sobre o caráter reservado da informação transmitida; e (b) utilizar as informações

referentes à Oferta Restrita, exceto para fins estritamente relacionados com a preparação da Oferta Restrita; e

- (aa) na qualidade de ofertante, prestar, no âmbito da Oferta Restrita, informações verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes ao Agente Fiduciário e aos Debenturistas;
- (bb) celebrar os aditamentos a esta Escritura, ao Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e ao Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios nos prazos previstos nas Cláusulas 3.4.1, 3.4.1.4 e 4.1.1.1 acima; e
- (cc) informar ao Agente Fiduciário o início e o encerramento da OPA, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados de sua ocorrência.

CLÁUSULA IX AGENTE FIDUCIÁRIO

9.1. Nomeação

9.1.1. A Emissora constitui e nomeia a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, qualificada no preâmbulo desta Escritura, como Agente Fiduciário, representando os Debenturistas, a qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura, representar perante a Emissora a comunhão dos Debenturistas.

9.2. Declaração

9.2.1. O Agente Fiduciário declara, neste ato, sob as penas da lei:

- (a) não ter qualquer impedimento legal, conforme artigo 66, parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ações, e o artigo 10 da Instrução CVM 28, para exercer a função que lhe é conferida;
- (b) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (a) conhecer e aceitar integralmente a presente Escritura, todas as suas cláusulas e condições;
- (d) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (e) estar ciente da regulamentação aplicável emanada do Banco Central do Brasil e da CVM, incluindo a Circular do Banco Central do Brasil nº 1.832, de 31 de outubro de 1990;
- (f) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e societários necessários para tanto;
- (g) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;

- (h) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (i) ser instituição financeira, estando devidamente organizado, constituído e existente de acordo com as leis brasileiras;
- (j) que esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (k) que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (l) que assegura e assegurará, nos termos do parágrafo 1º do artigo 10 da Instrução CVM 28, tratamento equitativo a todos os debenturistas da emissão de debêntures indicada na Cláusula 9.2.6 abaixo, bem como aos Debenturistas; e
- (m) que a verificação, pelo Agente Fiduciário, a respeito da veracidade das declarações e informações prestadas pela Emissora, se deu por meio das informações fornecidas pela Emissora, sendo certo que o Agente Fiduciário não conduziu nenhum procedimento de verificação independente ou adicional da veracidade das declarações ora apresentadas, com o que os Debenturistas ao subscreverem ou adquirirem as Debêntures declaram-se cientes e de acordo.

9.2.2. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento ou, caso ainda restem obrigações da Emissora nos termos desta Escritura inadimplidas após a Data de Vencimento, até que todas as obrigações da Emissora nos termos desta Escritura sejam integralmente cumpridas, ou, ainda, até sua efetiva substituição, conforme Cláusula 9.3 abaixo.

9.2.3. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da Emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas nos termos desta Escritura e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas e/ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM nº 28, e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

9.2.4. Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

9.2.5. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles

relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral.

9.2.6. Nos termos da alínea “k” do inciso XVII do artigo 12 da Instrução CVM nº 28, o Agente Fiduciário, na data de celebração desta Escritura, conforme organograma encaminhado pela Emissora, informa que presta serviços de agente fiduciário nas seguintes emissões:

- (a) terceira emissão de debêntures da DASA, objeto de distribuição pública, consistindo em 25.000 (vinte e cinco mil) debêntures não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com valor nominal unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais), totalizando R\$250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais), com vencimento em 25 de outubro de 2016, não tendo ocorrido qualquer evento de resgate, conversão, repactuação ou inadimplemento no período, tendo ocorrido apenas eventos de amortização, conforme previsto na escritura de emissão;
- (b) quarta emissão de debêntures da DASA, objeto de distribuição pública, consistindo em 45.000 (quarenta e cinco mil) debêntures não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com valor nominal unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais), totalizando R\$450.000.000,00 (quatrocentos e cinquenta milhões de reais), com vencimento em 15 de outubro de 2018, não tendo ocorrido qualquer evento de resgate, amortização, conversão, repactuação ou inadimplemento no período; e
- (c) quinta emissão de debêntures da DASA, objeto de distribuição pública, consistindo em 40.000 (quarenta mil) debêntures não conversíveis em ações, da espécie quirografária, sendo 24.982 (vinte e quatro mil, novecentas e oitenta e duas) debêntures para a 1ª (primeira) série e 15.018 (quinze mil e dezoito) debêntures para a 2ª (segunda) série, com valor nominal unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais), totalizando R\$400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais), com vencimento em 10 de março de 2018 para a 1ª (primeira) série e 10 de março de 2020 para a 2ª (segunda) série, não tendo ocorrido qualquer evento de resgate, amortização, conversão, repactuação ou inadimplemento no período.

9.3. Substituição

9.3.1. Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, observado o prazo de 8 (oito) dias para a primeira convocação e 5 (cinco) dias para a segunda convocação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário. A remuneração do novo agente fiduciário será a mesma que a do Agente Fiduciário, observado o disposto na Cláusula 9.3.6 abaixo.

9.3.2. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos

Debenturistas e à Emissora, mediante convocação de Assembleia Geral de Debenturistas, solicitando sua substituição.

9.3.3. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim. A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário está sujeita (a) à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 7º da Instrução CVM 28; e (b) a eventuais normas posteriores.

9.3.4 A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura, que deverá ser arquivado na Junta Comercial, nos termos da Cláusula 5.1.1 acima.

9.3.5. O Agente Fiduciário iniciará o exercício de suas funções na data de assinatura da presente Escritura (ou de eventual aditamento relativo à substituição, no caso de agente fiduciário substituto), devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento das Debêntures ou até sua efetiva substituição.

9.3.6. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função com agente fiduciário. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas.

9.3.7. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a respeito emanados da CVM.

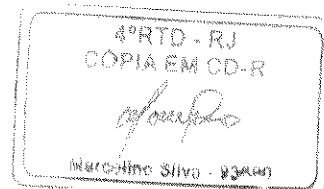
9.4. Deveres

9.4.1. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM e nesta Escritura, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- (b) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência com que todo homem ativo e probo emprega na administração de seus próprios bens e negócios;
- (c) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (d) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (e) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;

- (f) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura e as respectivas averbações de seus aditamentos, às expensas da Emissora, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes, sem prejuízo de caracterizar o descumprimento de obrigação não pecuniária por parte da Emissora;
- (g) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (h) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (i) solicitar, às expensas da Emissora, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas, necessárias e pertinentes dos distribuidores cíveis, das varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, varas da Justiça do Trabalho, varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora;
- (j) solicitar, quando considerar necessário, de forma justificada, auditoria extraordinária na Emissora, às expensas desta;
- (k) convocar, quando necessário, a Assembleia Geral de Debenturistas, por meio de anúncio publicado, pelo menos por 3 (três) vezes, nos Jornais de Publicação;
- (l) comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (m) elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea (b), da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
- (i) eventual omissão, incorreção ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - (ii) alterações estatutárias da Emissora ocorridas no período;
 - (iii) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;
 - (iv) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - (v) resgate, amortização, e pagamentos realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - (vi) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio das Debêntures, de acordo com os dados obtidos com os administradores da Emissora;
 - (vii) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura;

- (ix) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;
 - (x) pagamentos de Juros Remuneratórios realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - (xi) relação dos bens e valores eventualmente entregues à sua administração; e
 - (xii) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os seguintes dados sobre tais emissões: (I) denominação da companhia ofertante; (II) valor da emissão; (III) quantidade de debêntures emitidas; (IV) espécie; (V) prazo de vencimento das debêntures; (VI) tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores; e (VII) eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento no período.
- (n) disponibilizar o relatório de que trata a alínea "m" acima aos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
- (i) na sede da Emissora;
 - (ii) na sede do Agente Fiduciário;
 - (iii) na CVM;
 - (iv) na CETIP; e
 - (v) no endereço do Coordenador Líder.
- (o) publicar, nos termos da Cláusula 4.12 acima, em conjunto com a Emissora e às expensas da Emissora, Aviso aos Debenturistas comunicando que o relatório a que se refere a alínea (m) acima se encontra à disposição nos locais indicados na alínea (n) acima;
- (p) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões perante a Emissora, o Banco Liquidante, o Escriturador e a CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto nesta alínea, a Emissora e os Debenturistas, assim que subscreverem, integralizarem ou adquirirem as Debêntures, expressamente autorizam o Banco Liquidante, o Escriturador e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referentes à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;
- (q) observar os procedimentos necessários para a realização do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos casos previstos nesta Escritura;
- (r) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, inclusive daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer, por meio de documentos e informações fornecidas pela Emissora;



- (s) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 3 (três) Dias Úteis, da ciência de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada à Emissora, à CVM e à CETIP;
- (t) acompanhar a ocorrência dos Eventos de Inadimplemento; e
- (u) acompanhar o saldo devedor das Debêntures, calculado pela Emissora, e divulgá-lo aos investidores e aos demais participantes do mercado, através de sua central de atendimento e/ou de seu *website*.

9.5. Atribuições Específicas

9.5.1. O Agente Fiduciário utilizará quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, não sanado nos prazos previstos na Cláusula VI acima, conforme aplicáveis:

- (a) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- (b) executar as Garantias Reais, aplicando o produto no pagamento, integral ou proporcional, dos Debenturistas;
- (c) tomar toda e qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas;
- (d) requerer a falência da Emissora; e
- (e) representar os Debenturistas em processo de falência, em qualquer procedimento de recuperação judicial, recuperação extrajudicial ou, se aplicável, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora.

9.5.2. Observado o disposto na Cláusula 6.3 acima, o Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (a) a (d) da Cláusula 9.5.1 acima, se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade dos titulares das Debêntures em Circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em Circulação, quando tal hipótese disser respeito ao disposto na alínea (d) da Cláusula 9.5.1 acima.

9.6. Remuneração do Agente Fiduciário

9.6.1. Será devido, pela Emissora, ao Agente Fiduciário, honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação em vigor e desta Escritura, correspondentes a parcelas anuais de R\$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais), sendo o primeiro pagamento devido no 5º (quinto) Dia Útil subsequente à assinatura desta Escritura e as demais no mesmo dia dos anos subsequentes.

9.6.2. A remuneração devida ao Agente Fiduciário nos termos da Cláusula 9.6.1 acima será atualizada anualmente com base na variação percentual acumulada do Índice Geral de Preços do

Mercado (IGP-M), calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, ou na sua falta, pelo mesmo índice que vier a substituí-lo, a partir da data do 1º (primeiro) pagamento, até as datas de pagamento de cada parcela subsequente calculada *pro rata die* se necessário.

9.6.3. A remuneração do Agente Fiduciário será acrescida dos seguintes tributos: (i) ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza); (ii) PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social); e (iii) COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o IR (Imposto de Renda), nas alíquotas vigentes na data do efetivo pagamento.

9.6.4. A remuneração acima referida não inclui despesas consideradas necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário, durante a implantação e vigência do serviço, com relação às quais se aplica o disposto na Cláusula 9.7 abaixo.

9.6.5. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida, os débitos em atraso ficarão sujeitos à multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito à atualização monetária pelo IGP-M, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.

9.6.6. A remuneração será devida mesmo após o vencimento final das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora, conforme o caso.

9.6.7. O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenham sido saldados na forma ora estabelecida será acrescido à dívida da Emissora e terá preferência sobre as Debêntures na ordem de pagamento.

9.7. Despesas

9.7.1. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas necessárias que tenha comprovada e razoavelmente incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos.

9.7.2. O ressarcimento a que se refere esta Cláusula será efetuado em 10 (dez) Dias Úteis após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora.

9.7.3. As remunerações não incluem as despesas com viagens, estadias, alimentação, transporte, custos incorridos em contatos telefônicos relacionados à emissão, notificações, extração de certidões, despesas cartorárias, fotocópias, digitalizações, envio de documentos e publicação necessárias ao exercício da função do Agente Fiduciário, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela Emissora, sempre que possível, após prévia aprovação. Não estão incluídas igualmente, e serão arcadas pela Emissora, despesas com especialistas e assessoria legal ao Agente Fiduciário em caso de inadimplemento pela Emissora das obrigações assumidas nesta Escritura ou no Contrato de Alienação Fiduciária.

9.7.4. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas e, posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora, desde que devidamente comprovadas. Tais despesas a

serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, na condição de representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportados pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

9.7.6. O Agente Fiduciário, no entanto, fica desde já ciente e concorda com o risco de não ter as despesas previstas nas Cláusulas 9.7.3 e 9.7.4 acima reembolsadas pela Emissora, caso tenham sido realizadas em discordância com: (i) critérios de bom senso e razoabilidade geralmente aceitos em relações comerciais do gênero; ou (ii) a função fiduciária que lhe é inerente.

CLÁUSULA X ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

Às assembleias gerais de Debenturistas ("Assembleias Gerais de Debenturistas", "Assembleias Gerais" ou "Assembleias") aplicar-se-á ao disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações.

10.1. Convocação

10.1.1. As Assembleias Gerais podem ser convocadas pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, pela CVM ou por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação.

10.1.2. A convocação de Assembleias Gerais de Debenturistas se dará mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes nos Jornais de Publicação, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura.

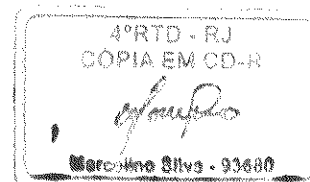
10.1.3. As Assembleias Gerais de Debenturistas serão convocadas com antecedência mínima de 8 (oito) dias, em primeira convocação. A Assembleia Geral de Debenturistas em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 5 (cinco) dias após a data da publicação do edital de segunda convocação.

10.1.4. Será considerada regular a Assembleia Geral de Debenturistas a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação, independentemente de publicações e/ou avisos.

10.1.5. As deliberações tomadas pelos Debenturistas no âmbito de sua competência legal, observados os quóruns estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido às Assembleias Gerais respectivas ou do voto proferido nessas Assembleias Gerais.

10.2. Quórum de Instalação

10.2.1. A(s) Assembleia(s) Geral(is) se instalará(ão), em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, e, em segunda convocação, com qualquer quórum.



10.2.2. Para efeito da constituição de todos os quóruns de instalação e/ou deliberação de qualquer Assembleia Geral de Debenturistas previstos nesta Escritura, consideram-se, "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures subscritas e não resgatadas, excluídas aquelas Debêntures: (i) mantidas em tesouraria pela Emissora; ou (ii) de titularidade de: (a) sociedades controladas pela Emissora (diretas ou indiretas), (b) controladoras (ou grupo de controle) da Emissora; e (c) administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando a cônjuges, companheiros, ascendentes, descendentes e colaterais de qualquer das pessoas anteriormente mencionadas.

10.3. Mesa Diretora

10.3.1. A presidência de cada Assembleia Geral caberá ao Debenturista eleito pela maioria dos titulares das Debêntures, ou àquele que for designado pela CVM.

10.4. Quórum de Deliberação

10.4.1. Nas deliberações das Assembleias Gerais, a cada Debênture em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto pelo disposto na Cláusula 10.4.2 abaixo, todas as deliberações a serem tomadas em Assembleia Geral de Debenturistas dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação.

10.4.2. Não estão incluídos nos quóruns mencionados na Cláusula 10.4.1 acima:

- (a) os quóruns expressamente previstos em outras cláusulas desta Escritura; e
- (b) as alterações relativas: (i) a qualquer das condições de remuneração das Debêntures, conforme previsto na Cláusulas 4.2 desta Escritura; (ii) às datas de pagamento de quaisquer valores devidos aos Debenturistas, conforme previsto nesta Escritura; (iii) à espécie das Debêntures; (iv) às Garantias; (v) aos dispositivos sobre quórum previstos nesta Escritura; (vi) às disposições e/ou aos quóruns estabelecidos nesta Cláusula X e/ou (vii) à Cláusula VII desta Escritura, inclusive no caso de renúncia ou perdão temporário, devendo qualquer alteração com relação às matérias mencionadas nesta alínea ser aprovada, seja em primeira convocação ou em qualquer convocação subsequente, por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.

10.5. Outras disposições à Assembleia Geral de Debenturistas

10.5.1. Será obrigatória a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas convocadas pela Emissora, enquanto que nas assembleias convocadas pelos Debenturistas ou pelo Agente Fiduciário, a presença dos representantes legais da Emissora será facultativa, a não ser quando ela seja solicitada pelos Debenturistas ou pelo Agente Fiduciário, conforme o caso, hipótese em que será obrigatória.

10.5.2. O Agente Fiduciário deverá comparecer a todas as Assembleias Gerais e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

10.5.3. Aplicar-se-á às Assembleias Gerais, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações sobre a assembleia geral de acionistas.

CLÁUSULA XI DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA E DOS FIADORES

11.1. A Emissora e cada um dos Fiadores declara e garante, individualmente e de maneira não solidária, conforme aplicável, ao Agente Fiduciário, na data da assinatura desta Escritura, que:

- (a) é plenamente capaz, tem autoridade para conduzir seus negócios e para a celebração desta Escritura, assim como para assumir, cumprir e observar as obrigações nela contidas;
- (b) possui patrimônio suficiente para adimplir com todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura.
- (c) suas propriedades estão de acordo com as leis, regulamentos e licenças ambientais em vigor, não havendo quaisquer circunstâncias que possam razoavelmente embasar uma ação ambiental contra a Emissora ou os Fiadores;
- (d) seus bens não possuem qualquer imunidade em relação à competência de qualquer tribunal no Brasil ou no exterior ou em relação a qualquer ato judicial (quer por meio de citação ou notificação, penhora antes da decisão, penhora em garantia de execução da decisão judicial, quer de outra forma) nos termos das leis da jurisdição de sua constituição;
- (e) a Emissora é sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações de capital fechado, de acordo com as leis brasileiras;
- (f) está devidamente autorizado e obteve, conforme aplicável, todas as autorizações, inclusive societárias, regulatórias e de terceiros, necessárias à celebração desta Escritura e à constituição da Alienação Fiduciária e da Fiança, conforme aplicável, bem como à celebração dos demais documentos da Oferta Restrita de que é parte e ao cumprimento de todas as obrigações previstas em tais instrumentos, tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais e societários necessários para tanto;
- (g) os representantes legais que assinam esta Escritura, e os demais documentos da Oferta Restrita de que é parte têm, conforme o caso, poderes societários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações previstas em tais instrumentos e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (h) esta Escritura e os demais documentos da Oferta Restrita de que é parte, assim como as obrigações previstas em tais instrumentos, constituem obrigações lícitas, válidas, vinculantes e eficazes da Emissora e dos Fiadores (conforme o caso), exequíveis de acordo com os seus termos e condições;
- (i) a celebração desta Escritura e dos demais documentos da Oferta Restrita, assim como a assunção e o cumprimento das obrigações previstas em tais documentos: (a) não infringem seu estatuto social, conforme aplicável; (b) não infringem qualquer contrato ou instrumento de que seja parte ou ao qual qualquer de seus ativos esteja sujeito; (c) não

resultarão em (x) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer contrato ou instrumento de que seja parte ou pelo qual qualquer de seus ativos esteja sujeito nem em (y) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (d) não infringem qualquer disposição legal ou regulamentar a que a Emissora e/ou qualquer dos Fiadores, conforme o caso, ou qualquer de seus ativos estejam sujeitos; e (e) não infringem qualquer ordem ou decisão administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora e/ou qualquer dos Fiadores, conforme o caso, ou qualquer de seus respectivos ativos;

- (j) está adimplente com o cumprimento das obrigações constantes desta Escritura e dos demais documentos da Oferta Restrita de que é parte, e não ocorreu qualquer Evento de Inadimplemento;
- (k) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI *Over*, e a forma de cálculo dos Juros Remuneratórios foi acordada por livre vontade da Emissora e dos Fiadores, em observância ao princípio da boa-fé;
- (l) todas as informações escritas fornecidas aos Debenturistas até a Data de Emissão, pela Emissora e pelos Fiadores, conforme o caso, para fins da Oferta Restrita, não contêm qualquer informação falsa ou incorreta em qualquer aspecto relevante ou deixam de informar qualquer fato relevante necessário para fazer com que as informações neles contidas, em vista das circunstâncias em que foram prestadas, não sejam enganosas;
- (m) as informações prestadas e fornecidas pela Emissora e/ou pelos Fiadores, conforme o caso, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos Investidores Qualificados uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta Restrita;
- (n) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório, é exigido para o cumprimento, pela Emissora e pelos Garantidores, conforme aplicável, de suas obrigações nos termos desta Escritura e dos demais documentos da Oferta Restrita, ou, ainda, para a realização da Emissão, exceto o arquivamento do Ato Societário da Emissão e do Ato Societário da Cromossomo II na Junta Comercial, do registro das Debêntures na CETIP e do registro desta Escritura nos competentes Cartórios de RTD;
- (o) não há, nesta data, qualquer ação judicial, processo administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental, em relação ao qual a Emissora tenha sido citada ou notificada, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis, que possa, comprovadamente, vir a prejudicar a capacidade da Emissora de cumprir com as obrigações assumidas no âmbito desta Escritura e dos demais documentos da Oferta Restrita;
- (p) a Emissora está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais aplicáveis à condução de seus negócios, inclusive com o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar ou corrigir eventuais danos ambientais decorrentes do exercício das atividades descritas em seu objeto social. A Emissora está obrigada, ainda, a proceder a todas as diligências exigidas para realização de

suas atividades, preservando o meio ambiente e atendendo às determinações dos órgãos municipais, estaduais e federais que subsidiariamente venham a legislar ou regulamentar as normas ambientais em vigor;

- (q) a Emissora observa, bem como faz com que seus gerentes, conselheiros, diretores e funcionários observem, em todos os seus aspectos relevantes, toda e qualquer obrigação decorrente da Lei nº 12.846 ou qualquer outra lei anticorrupção aplicável;
- (r) as demonstrações financeiras da emissora datadas de 31 de dezembro de 2013 representam corretamente a posição financeira da Emissora naquelas datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade do Brasil e refletem corretamente os ativos, passivos e contingências da Emissora de forma consolidada;
- (s) em relação a Edson, é divorciado e atualmente vive em regime de união estável com separação total de bens, não sendo necessária outorga uxória para fins da prestação da Fiança no âmbito da Emissão;
- (t) em relação a Dulce, é divorciada e atualmente não vive em regime de união estável, não sendo necessária outorga uxória para fins da prestação da Fiança no âmbito da Emissão;
- (u) os Fiadores não estão vinculados a qualquer acordo de acionistas que restrinja a outorga da Fiança;
- (v) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo dos Juros Remuneratórios foi acordada por livre vontade entre a Emissora e o Coordenador Líder, em observância ao princípio da boa-fé;
- (w) a presente Escritura constitui obrigação legal, válida e vinculativa, exequível de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil e do artigo 784 do Novo Código de Processo Civil, após a sua entrada em vigor;
- (x) possui todas as autorizações, concessões, alvarás e licenças (inclusive ambientais) relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais necessárias para o exercício de suas atividades, estando todas elas válidas;
- (y) observa, cumpre e/ou faz cumprir, por si e por qualquer uma de suas respectivas controladas, diretores, membros de conselho de administração, quaisquer terceiros, incluindo assessores ou prestadores de serviço agindo em seu benefício e/ou de suas respectivas controladas, diretores, membros de conselho de administração ("Representantes"), a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 ("Lei Anticorrupção"), bem como abstém-se de praticar quaisquer Condutas Indevidas, de forma que: (i) mantém políticas e procedimentos internos que asseguram integral cumprimento da Lei Anticorrupção; (ii) dá conhecimento pleno de tais normas a todos os seus profissionais e/ou os demais prestadores de serviços, previamente ao início de sua atuação no âmbito da Oferta Restrita; (iii) abstém-se de praticar atos de corrupção e de agir de forma lesiva à administração pública, nacional ou estrangeira; e



- (z) observa a legislação em vigor, em especial a legislação trabalhista, previdenciária e ambiental, de forma que (a) não utiliza, direta ou indiretamente, trabalho em condições análogas às de escravo ou trabalho infantil; (b) os trabalhadores são devidamente registrados nos termos da legislação em vigor; (c) cumpre as obrigações decorrentes dos respectivos contratos de trabalho e da legislação trabalhista e previdenciária em vigor; (d) cumpre a legislação aplicável à proteção do meio ambiente; (e) cumpre a legislação aplicável a saúde e segurança públicas; (f) detém as permissões, licenças, autorizações e aprovações ambientais necessárias para o exercício regular de suas atividades, em conformidade com a legislação ambiental aplicável; e (g) possui todos os registros necessários, em conformidade com a legislação civil e ambiental aplicável.

11.1.2. A Emissora compromete-se a, em até 2 (dois) Dias Úteis, comunicar ao Agente Fiduciário e os Debenturistas caso quaisquer das declarações prestadas na presente Escritura tornem-se inverídicas, imprecisas, incompletas ou incorretas.

CLÁUSULA XII DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Comunicações

12.1.1. As comunicações a serem enviadas por qualquer das Partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

Para a Emissora:

CROMOSSOMO PARTICIPAÇÕES III S.A.

Rua Joaquim Floriano, 413, conj. 112, Itaim Bibi

04534-011 – São Paulo, SP

At.: Sr. Pedro de Godoy Bueno

Tel.: (11) 5682-3230

Fax: +55 (11) 3147-9494 (provisório, at.: Gisele ou Carolina)

Email: pedro.bueno@dnacapital.com.br

Para o Agente Fiduciário:

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Avenida das Américas, nº 4200, bloco 8, ala B, salas 302, 303 e 304, Barra da Tijuca

Rio de Janeiro, RJ

CEP: 22640-102

At.: Sras. Nathalia Machado Loureiro, Marcelle Motta Santoro e Sr. Marco Aurélio Ferreira

Tel.: (21) 3385-4565

E-mail: operacional@pentagonotrustee.com.br

Para os Fiadores:

EDSON DE GODOY BUENO

Av. das Américas, no. 4200, bl. 7 (Miami), ala B, sala 302, Barra da Tijuca

22640-102 – Rio de Janeiro, RJ

At.: Sr. Márcio Alexandre Salvador da Silva

Tel.: 55 21 3385-3450
Fax: 55 21 3385-4929
E-mail: msalvador@redeimpar.com.br

e

Rua Buenos Aires, no. 57, 5º andar, Centro
22430-210 – Rio de Janeiro, RJ
At.: Sra. Juliana Palhares
Tel.: 55 21 3626-1300
Fax: 55 21 3626 1301
E-mail: jcabral@bheringcabral.adv.br

DULCE PUGLIESE DE GODOY BUENO

Av. das Américas, no. 4200, bl. 7 (Miami), ala B, sala 302, Barra da Tijuca
22640-102 – Rio de Janeiro, RJ
At.: Sr. Márcio Alexandre Salvador da Silva
Tel.: 55 21 3385-3450
Fax: 55 21 3385-4929
E-mail: msalvador@redeimpar.com.br

e

Rua Buenos Aires, no. 57, 5º andar, Centro
22430-210 – Rio de Janeiro, RJ
At.: Sra. Juliana Palhares
Tel.: 55 21 3626-1300
Fax: 55 21 3626 1301
E-mail: jcabral@bheringcabral.adv.br

Para a Cromossomo II:

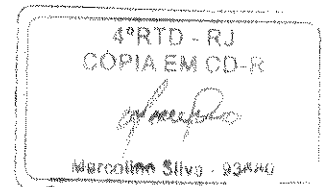
CROMOSSOMO PARTICIPAÇÕES II S.A.

Rua Joaquim Floriano, 413, conj. 112, Itaim Bibi
04534-011 – São Paulo, SP
At.: Sr. Pedro de Godoy Bueno
Tel.: (11) 5682-3230
Fax: +55 (11) 3147-9494 (provisório, at.: Gisele ou Carolina)
Email: pedro.bueno@dnacapital.com.br

Para o Banco Liquidante e o Escriturador:

BANCO BRADESCO S.A.

Cidade de Deus, s/nº, Prédio Amarelo, 2º andar, Vila Yara
CEP 06029-900 – Osasco, SP
At.: Sr. João Batista de Souza / Sr. Fabio da Cruz Tomo
Tel.: (11) 3684-7911 / (11) 3864-2852



Fax: (11) 3684-2714

E-mail: 4010.jbsouza@bradesco.com.br / 4010.custodiartf@bradesco.com.br /
4010.tomo@bradesco.com.br

Para a CETIP:

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.663, 4º andar, Jardim Paulistano
01452-001 - São Paulo, SP
At.: Gerência de Valores Mobiliários
Tel./Fax: (11) 3111-1596/ (11) 3111-1564
E-mail: gr.debentures@cetip.com.br

12.1.2. As comunicações referentes a esta Escritura serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente. Os respectivos originais, quando aplicável, deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada imediatamente pela Parte que tiver seu endereço alterado.

12.2. Renúncia

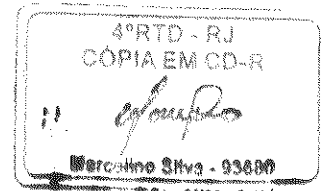
12.2.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura; desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas, em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Emissora previstas nesta Escritura, prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

12.3. Lei Aplicável

12.3.1. Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

12.4. Título Executivo Extrajudicial e Execução Específica

12.4.1. Esta Escritura e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil e dos incisos I e III do Novo Código de Processo Civil, após a sua entrada em vigor, reconhecendo as Partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura comportam execução específica, submetendo-se às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil e dos artigos 815 e seguintes do Novo Código de Processo Civil, após a sua entrada em vigor, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura.



12.5. Irrevogabilidade; Sucessores

12.5.1. A presente Escritura é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula II acima, obrigando as Partes por si e seus sucessores.

12.6. Independência das Disposições da Escritura

12.6.1. Caso qualquer das disposições desta Escritura venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituírem a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

12.6.2. As Partes concordam que a presente Escritura, assim como os demais documentos da Operação poderão ser alterados, sem a necessidade de qualquer aprovação dos Debenturistas, sempre que e somente (i) quando tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento a exigências de adequação a normas legais, regulamentares ou exigências da CVM, ANBIMA, BM&FBOVESPA ou da CETIP; (ii) quando verificado erro material, seja ele um erro grosseiro, de digitação ou aritmético; (iii) em virtude da atualização dos dados cadastrais das Partes, tais como alteração na razão social, endereço e telefone, entre outros, desde que não haja qualquer custo ou despesa adicional para os Debenturistas; ou ainda (iv) nas demais hipóteses previstas expressamente nesta Escritura.

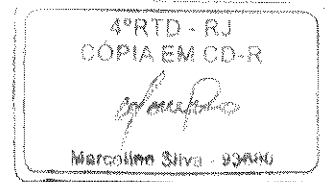
12.7. Despesas

12.7.1. A Emissora arcará com todos os custos:

- (a) decorrentes da colocação pública das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu registro na CETIP;
- (b) das taxas de registro aplicáveis, inclusive aquelas referentes ao arquivamento desta Escritura e seus aditamentos na Junta Comercial;
- (c) de registro e de publicação de todos os atos necessários à Emissão, tais como o Ato Societário da Emissão; e
- (d) pelos honorários e despesas com a contratação de Agente Fiduciário, Banco Liquidante e Escriturador, bem como com os sistemas de distribuição e negociação das Debêntures nos mercados primário e secundário.

12.8. Substituição de Prestadores de Serviços

12.8.1. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário, do Banco Liquidante e do Escriturador. A substituição do Agente Fiduciário, do Banco Liquidante e do Escriturador, bem como a indicação de seu(s) substituto(s), deverá ser aprovada em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim, cujo quórum para aprovação deverá ser o de 75% (setenta e cinco por cento) dos titulares das Debêntures em Circulação presentes à referida Assembleia Geral.



12.8.2. A remuneração dos prestadores de serviços substitutos indicados na Cláusula 12.8.1 acima deverá ser a mesma paga pela Emissora para os atuais prestadores de serviço, salvo se outra for negociada com a Emissora, desde que prévia e expressamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas.

12.9. Cômputo dos Prazos

12.9.1. Exceto se de outra forma especificamente disposto nesta Escritura, os prazos estabelecidos na presente Escritura serão computados de acordo com a regra prescrita no artigo 132 do Código Civil, sendo excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.

12.10. Foro

12.10.1. Fica eleito o foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Estando assim as Partes certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

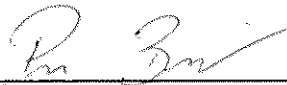
São Paulo, 18 de janeiro de 2016.

[O RESTANTE DA PÁGINA FOI INTENCIONALMENTE DEIXADO EM BRANCO]



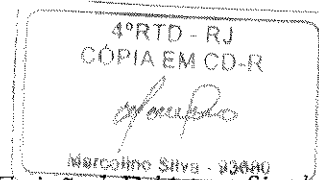
Página de assinaturas 1/4 do "Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, a ser convolada em Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Cromossomo Participações III S.A."

CROMOSSOMO PARTICIPAÇÕES III S.A.



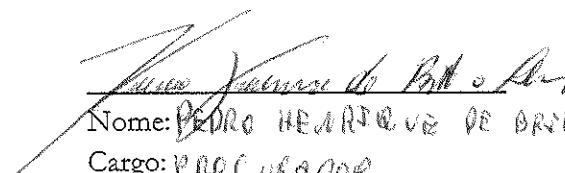
Nome: *Pedro de Godoy Bueno*
Cargo: *Diretor Presidente*

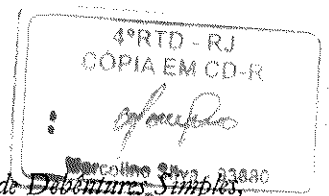
Nome:
Cargo:



Página de assinaturas 2/4 do "Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, a ser convolada em Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Cromossomo Participações III S.A."

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS


Nome: PEDRO HENRIQUE DE BRITO E SILVA
Cargo: PROCURADOR

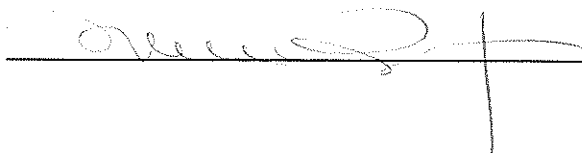


Página de assinaturas 3/4 do "Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, a ser convolada em Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Cromossomo Participações III S.A."

EDSON DE GODOY BUENO

Página de assinaturas 4/4 do "Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, a ser convolada em Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Cromossomo Participações III S.A."

DULCE PUGLIESE DE GODOY BUENO



Testemunhas:



Nome:

CPF:

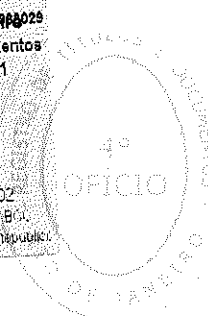
Agatha Bonizzoni
RG: 27.788.353-2
CPF: 275.732.988-03



Nome:

CPF:

Anderson Ferreira Souza
RG 22.761.393-4
CPF 099.711.448-75



ANEXO I

MODELO DE ADITAMENTO À ESCRITURA

PRIMEIRO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA SEGUNDA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, A SER CONVOLADA EM ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA CROMOSSOMO PARTICIPAÇÕES III S.A.

Pelo presente instrumento particular,

I. de um lado, como emissora das Debêntures (conforme definido abaixo):

CROMOSSOMO PARTICIPAÇÕES III S.A., sociedade por ações, sem registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") , com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, nº 413, conj. 112, Parte B, Itaim Bibi, CEP 04534-011, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob n.º 13.487.195/0001-98, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) na respectiva página de assinaturas do presente instrumento ("Emissora"); e

II. de outro lado, como agente fiduciário, representando a comunhão de titulares das Debêntures ("Debenturistas"),

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, instituição financeira, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4200, bloco 8, ala B, salas 302, 303 e 304, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada, na forma do seu estatuto social, por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) na respectiva página de assinaturas do presente instrumento na qualidade de representante da comunhão dos Debenturistas (conforme definido abaixo) ("Agente Fiduciário");

III. e, ainda, como fiadores,

EDSON DE GODOY BUENO, brasileiro, divorciado, médico e empresário, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda ("CPF/MF") sob o nº 242.392.247-72, portador da Cédula de Identidade nº 28.157.352-7, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Haddock Lobo, 1725, apartamento 311, CEP 01414-003 ("Edson");

DULCE PUGLIESE DE GODOY BUENO, brasileira, divorciada, médica, portadora da Cédula de Identidade nº 52-15562-0, expedida pelo Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro, e inscrita no CPF/MF sob nº 097.403.417-72, residente e domiciliada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Haddock Lobo, 1725, apartamento 301, CEP 01414-003 ("Dulce" e, em conjunto com Edson, "Fiadores");



sendo a Emissora, o Agente Fiduciário e os Fiadores doravante designados, em conjunto, como "Partes" e, individual e indistintamente, como "Parte",

Registro de Títulos e Documentos

4º Ofício-RJ

Anexo ao Documento Arquivado

CONSIDERANDO QUE:

(A) em 18 de janeiro de 2016, as Partes celebraram o "Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, a ser convolada em Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Cromossomo Participações III S.A." ("Escritura");

(B) [a condição suspensiva prevista na Cláusula 3.4.1 da Escritura foi implementada {ou} todos os registros e averbações necessários à perfeita constituição da Alienação Fiduciária de Ações OPA e da Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios OPA foram devidamente realizados]; e

(C) com as referidas garantias reais plenamente existentes, válidas e eficazes, as Debêntures deixam de ser quirografárias, sendo necessária a celebração de aditamento à Escritura, com o intuito de formalizar a mudança na espécie das Debêntures,

RESOLVEM as Partes, na melhor forma de direito, aditar a Escritura por meio do presente "Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis Em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, a ser convolada em Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Cromossomo Participações III S.A." ("Aditamento"), mediante as cláusulas e condições a seguir.

Os termos aqui iniciados em letra maiúscula, estejam no singular ou no plural, terão o significado a eles atribuído na Escritura, ainda que posteriormente ao seu uso.

CLÁUSULA I ALTERAÇÕES

1.1. A fim de formalizar a mudança na espécie das Debêntures, ocorrida com a [implementação da condição suspensiva prevista na Cláusula 3.4.1 da Escritura {ou} constituição da Alienação Fiduciária de Ações OPA e da Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios OPA], as Partes resolvem alterar a Cláusula 4.1.3 da Escritura, que passa a vigorar com a seguinte redação:

*"4.1.3. **Espécie:** As Debêntures serão da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória."*

1.2. A fim de formalizar a mudança na espécie das Debêntures, as Partes resolvem que todas as menções à espécie das Debêntures contidas na Escritura devem ser lidas à luz da presente convolação, devendo toda e qualquer menção à espécie anterior das Debêntures ser desconsiderada em prol da atual.

CLÁUSULA II DISPOSIÇÕES GERAIS

- 2.1. Todos os termos e condições da Escritura que não tenham sido expressamente alterados pelo presente Aditamento são neste ato ratificados e permanecem em pleno vigor e efeito. Dessa forma, a Escritura passa a vigorar conforme disposto no Anexo I deste Aditamento.
- 2.2. A Emissora e os Fiadores declaram e garantem ao Agente Fiduciário, neste ato, que todas as declarações e garantias previstas na cláusula 11.1 da Escritura permanecem verdadeiras, corretas e plenamente válidas e eficazes na data de assinatura deste Aditamento.
- 2.3. Este Primeiro Aditamento deverá ser arquivado na Junta Comercial, de acordo com o inciso II e o parágrafo 3º do artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações, e registrado nos Cartórios de RTD, nos termos da Cláusula 2.4 da Escritura.
- 2.4. Este Aditamento, a Escritura e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil e dos incisos I e III do artigo 784 do Novo Código de Processo Civil, após a sua entrada em vigor, reconhecendo as Partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos deste Aditamento e da Escritura comportam execução específica, submetendo-se às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil e dos artigos 815 e seguintes do Novo Código de Processo Civil, após a sua entrada em vigor, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures, nos termos da Escritura.
- 2.5. Este Aditamento é celebrado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando-se a Emissora, os Fiadores e o Agente Fiduciário ao seu fiel, pontual e integral cumprimento por si e por seus sucessores e cessionários, a qualquer título.
- 2.6. Caso qualquer das disposições deste Aditamento venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituírem a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.
- 2.7. Este Aditamento é regido pelas Leis da República Federativa do Brasil.
- 2.8. Fica eleito o foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura oriundas deste Aditamento.

Estando assim as Partes certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

São Paulo, [] de [] de [].



CROMOSSOMO PARTICIPAÇÕES III S.A.

Nome:
Cargo:

Nome:
Cargo:

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Nome:
Cargo:

EDSON DE GODOY BUENO

Nome:
Cargo:

Nome:
Cargo:

DULCE PUGLIESE DE GODOY BUENO

Nome:
Cargo:

Nome:
Cargo:

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

